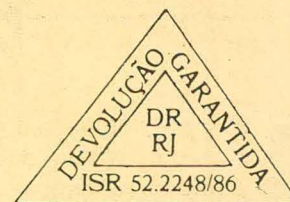


IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



informe

CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região - Rio de Janeiro - Nº 28 - DEZEMBRO/1990 - JAN/91



CORECON

ENTREVISTA REIS VELLOSO

Págs. 5,6,7 e 8

POSSE CONJUNTA DO CORECON, IERJ E SINDECON

Página 2

PRÊMIO DE ECONOMIA 1990

Página 3

ENTREVISTA COM JOSÉ LUIS FIORI

Página 11

ARTIGOS: MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, DÍVIDA EXTERNA E TECNOLOGIA

Págs. 04, 10 e 12

TABELA DE ANUIDADE DO ECONOMISTA PARA O EXERCÍCIO DE 1991

Página 9

EDITORIAL

Não é privilégio deste governo, nem um atributo de sua equipe econômica, deixar-se enredar pelos problemas econômicos de curto prazo. No Brasil, os anos oitenta foram consumidos pelos mais diferentes esforços de estabilização que, em comum, além do objetivo, têm o fracasso como resultado. O "Plano Collor" não é uma exceção neste quadro.

Entretanto, após poucos meses de imobilidade e perplexidade causadas pela engenharia heterodoxa do "Plano Brasil Novo", a sociedade inicia uma reação e, tateando, começa a formular uma nova estratégia para enfrentar a crise econômica.

A expressiva vitória eleitoral de candidatos que, em sua campanha, criticaram o plano de estabilização por seu caráter recessivo e a proposta apresentada por empresários e parcelas dos trabalhadores no processo de entendimento nacional foram dois fatos políticos marcantes nestes últimos meses e propõem efetivamente uma mudança de rumos na condução da política econômica.

Os economistas também não estão infensos a este movimento da sociedade. Nos últimos meses, os meios de comunicação começaram a publicar opiniões críticas ao programa de estabilização, tanto no que se refere à sua concepção, quanto à sua execução. E mais, inicia-se a cobrança de um projeto de longo prazo, sem o qual, e esta opinião começa a se corporificar, os problemas ditos conjunturais não serão enfrentados com êxito.

O "etapismo" que postula que primeiro devemos estabilizar para depois desenvolver está em xeque no momento atual. Por mais que a equipe econômica do governo tente defender-se, afirmando que a luta pelo desenvolvimento seja uma cruzada pela inflação, as forças organizadas da sociedade estão a propor uma correção da política econômica.

O "Plano Brasil Novo" se caracteriza por ser uma aposta inequívoca no mercado como

instrumento de alocação de recursos. Não abre espaço para nenhum projeto nacional a não ser aquele que os automatismos econômicos possam vir a criar. Vale dizer, o governo tem como proposta a transposição inequívoca do discurso neoliberal. E este é o seu projeto de longo prazo.

É verdade que o neoliberalismo ganhou importância no Brasil como um dos discursos de oposição aos governos militares. Nos últimos quinze anos a luta contra o Estado ganhou espaço na grande imprensa. A deterioração dos serviços públicos, principalmente aqueles voltados para o atendimento das necessidades das camadas menos privilegiadas da população, e os evidentes e notórios descabros administrativos, que se personificaram na figura mística do "marajá", se encarregaram de transformar esta posição em uma quase unanimidade.

Entretanto, sabemos que um discurso que se presta a uma campanha pode não ser adequado para ser transformado em estratégia de governo. E isto os próprios segmentos que formularam inicialmente este discurso, agora, estão começando a perceber.

As propostas que estão sendo apresentadas à mesa do Pacto ou Entendimento Nacional são apenas o primeiro passo, a primeira reação organizada que transcende a combativa luta dos trabalhadores, que, atacando o programa de estabilização, põe em xeque o projeto neoliberal. Outros passos, entretanto, terão que ser dados. A crise brasileira tem raízes profundas, é uma crise de estrutura, e para superá-la é necessário um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. A tarefa dos economistas é, junto com os demais segmentos da sociedade, ajudar em sua construção. Para tal, entretanto, nunca é demais lembrar, devemos explicitar nossas diferenças e resisitir à tentação de adotar posturas tecnocráticas em detrimento de soluções democráticas amplamente discutidas na sociedade.

CONVITE AOS ECONOMISTAS POSSE CONJUNTA

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
(CORECON)

Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
(IERJ)

Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
(SINDECON)

No próximo dia 18 de dezembro, ocorrerá a posse conjunta das Diretorias das instituições que congregam os economistas do Rio de Janeiro.

A posse se realizará no Clube de Engenharia, Av. Rio Branco 124 - 22º andar, às 18:30 hs.

Após a solenidade de posse haverá um debate sobre o quadro atual da economia brasileira, com a participação dos economistas Carlos Geraldo Langoni, Maria da Conceição Tavares e Luís Alfredo Salomão.

A solenidade terminará com um cock-tail de confraternização.

informe
CORECON

EXPEDIENTE

Orgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro:

Editora e Jornalista Responsável
Cláudia Valéria Plácido
Diretor Responsável - Márcio Henrique Monteiro de Castro
Conselho Editorial
Cláudio Monteiro Considera, Ignácio de Mourão Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Silvano da Silva Cardoso, Márcio Henrique Monteiro de Castro.
Fotografia
Sheila Chalfun

Colaboradores
Ignácio de Mourão Rangel, Angela Peixoto, Marcelino José Jorge, João Roberto Bhering, Roberto Saturnino Braga, Juvenal Osório Gomes, Armando Alencar, Darc Costa, José Luis Fiori, José Publio de Almeida Cunha, Isac Roffé Zagury, José Mário de Campos Pinto, Antonio Luiz Figueira Barbosa.
Secretarias de Redação
Maria das Graças Souza de Oliveira Castro, Sheila Chalfun
Tiragem - Periodicidade
15.000 mil exemplares - bimestral
As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON-RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Presidente
Marcelino José Jorge
Vice-Presidente
Lia Hasenclever

CORECON

Conselheiros Efetivos
Arthur Câmara Cardozo, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Cláudio Monteiro Considera, Frederico Machado Amorim, José Clemente de Oliveira, Lia Hasenclever, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Tito Bruno Bandeira Ryff.

Conselheiros Suplentes
Airtton de Albuquerque Queiroz, Carlos Aguiar Medeiros, Carlos Augusto Callou, Elvio Valente, Geraldo Meyer de Souza Carneiro, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Renato Augusto da Matta, Sandra Helena Bondarovsky

Secretário de Fiscalização
José Publio de Almeida Cunha
Secretário de Administração
Raif Moyses Sobrinho
Secretária Jurídica
Terezinha de Jesus Almeida Joaquim

Delegacia Regional de Campos
Denise Cunha Tavares Terra
Avenida Dom Bosco, 49
Telefone (0247) - 23-8333
Biblioteca Eginardo Pires
Bibliotecária Angela Peixoto
Avenida Rio Branco, 109/19º andar

Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20054
Fone (021) 224-0578 - ramais B-3 e B-4

PROFESSOR RANGEL

BENEMÉRITO DO RIO

O Dr. Ignácio de Mourão Rangel recebeu o título de "Benemérito do Estado do Rio de Janeiro", em 30 de novembro último, título esse conferido pela Assembléia Legislativa Fluminense, por iniciativa do Deputado Pereira Pinto.

Em se tratando do Professor Rangel, maranhense de 76 anos, essa homenagem marca um justo reconhecimento do Estado às atividades que há cerca de 50 anos esse emérito estudioso da economia do país vem realizando em prol do conhecimento da realidade brasileira, com características que têm levado sempre a marca da originalidade ou, de outra maneira, da visão acurada sobre questões complexas, quer econômicas, quer sociais que o Brasil atravessou ao longo de sua formação.

Em livros como: "A Dualidade Básica da Economia Brasileira" e "A Inflação Brasileira", além de inúmeros artigos, participação em Planos de Governo, Estudos, Congressos, Seminários, o Professor Rangel, como é conhecido carinhosamente nos meios acadêmicos, segue imprimindo algo de fundamental para qualquer economista, a luta cotidiana e despojada de qualquer vaidade pessoal, no sentido de conhecer e dar a conhecer ao maior número de pessoas a seu alcance o que vem a ser este país carregado de dificuldades, heterogeneidades, equívocos, mas ao mesmo tempo de extrema riqueza.

Feito o registro da homenagem prestada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Professor Rangel, resta-nos

parabenizá-lo e permanecer abertos às suas contribuições, sempre oportunas, sólidas e inovadoras.

Publicamos na íntegra o discurso do Professor Rangel por ocasião dessa solenidade:

Senhores Deputados
Prezadíssimo amigo Pereira Pinto

Queridos amigos e amigas
Não tenho dificuldade em confessar-me grato por esta oportunidade de dirigir-vos a palavra. Nos meus anos já provectos, tudo o que diga terá sempre o sabor de testamento, reflexo de vivências e meditações já antigas, na esperança de que as novas gerações encontrem, nessa mensagem despretensiosa, algo de útil para a solução dos problemas pendentes. Nosso jovem país tem, nas posições de comando, uma equipe singularmente jovem, no seio da qual, segundo tenho ouvido, fazem falta alguns cabelos brancos.

Vivemos uma crise nacional muito grave, complicada pelo fato de desenvolver-se no contexto de uma crise mundial não menos grave, que, como a de há meio século, corre o risco de desembocar num conflito universal, comparado com o qual a II Grande Guerra, que custou 60 milhões de vidas, pode não passar de um ensaio.

Devo começar por lembrar que, tal como aconteceu com a passada Grande Depressão, o Brasil emergiu na presente juntamente com o resto da humanidade. Entretanto, daquela feita, nosso país, a certa altura, entrou a desenvolver-se vigorosa-

mente, tendo sido, no período de 1932-80, uma das economias mais prósperas do planeta. - Dar-se-á que essa experiência feliz se repita agora, a exemplo do que está acontecendo com uma plêiade de países medianamente desenvolvidos, como a R. P. da China, a Índia, as Filipinas, o Vietnã, a Coréia e, em nossa América Latina, apenas Cuba?

Tomara que sim. Tal como ocorre nesses países, o Brasil pode desenvolver-se através de investimentos que pode suprir, orientados para a implantação de tecnologia já provada nos países de vanguarda, sem esperar, como estes, por uma tecnologia ainda em prancheta. Tudo depende da implantação de mudanças institucionais, para as quais estamos amadurecidos, ordenadas em torno dos direitos de concessão e de garantia.

Nossa crise atual manifesta-se, entre outras coisas, pelo fenômeno estudado sob o nome de inflação. Assim como as moléstias infecciosas que se manifestam pela febre. Ora, seria tão despropositado limitarmos nossa terapêutica econômica ao combate à inflação, como, para a medicina, descurar da infecção e cuidar apenas de forçar a baixa da febre.

Não obstante, é isso o que os nossos planejadores estão tentando fazer, como se fosse possível curar um doente de pneumonia submetendo-o a banhos de assento em água cada vez mais fria - que é o que vimos fazendo, desde o Plano Cruzado, ao Plano Brasil Novo.

Tenho insistido, incansavelmente, na demonstração do erro dessa terapêutica. A febre declina temporariamente, mas a infecção segue o seu curso, implacavelmente, e o absurdo dessa prática está conduzindo à rebeldia do corpo social contra ela. - Seria, de fato, um equívoco esperar que as classes sociais em torno das quais tende, cada vez mais a gravitar todo o nosso sistema social, a saber o empresariado e o operariado industriais, aceitassem mansamente uma política que conduz o primeiro à concordata e à falência, e, o segundo, ao desemprego.

As eleições de 25 de novembro, por diversas formas, levaram a resultados que exigem uma política econômica que, sem descurar da luta contra a inflação, a associem inseparavelmente à luta contra a recessão e o desemprego. - Precisamente aquilo que venho recomendando, incansavelmente, por todos os meios de comunicação ao meu alcance.

Sob minha fé de ofício profissional afirmo a possibilidade dessa associação da luta contra a recessão e pela retomada do desenvolvimento. Essa associação, não apenas é possível, mas, para ela não existe alternativa. Nossa inflação se exacerba, pontualmente, com o advento da recessão; regredindo, quando a economia se reativa.

A economia brasileira desenvolve-se através de ciclos decenais, cada um dos quais abre-se com mudanças institucionais propiciadoras de investimentos em áreas ainda retardatárias, de recur-

sos captados no resto do sistema. Temos hoje, em consequência de toda uma sequência desses ciclos, uma agricultura que dispensou levas e levas de trabalhadores sem reduzir sua própria produção; uma indústria leve não raro carregada de excesso de capacidade produtiva; uma indústria pesada, idem. Entretanto, os grandes serviços de utilidade pública, a começar pelo indispensável transporte ferroviário de carga; seguindo pela produção de eletricidade e de outros itens que interessam ao balanço energético; pela infraestrutura urbana, incluindo os metropolitanos, em meia dúzia de grandes cidades, os serviços de água e esgotos, tudo isto está na pendência de investimentos de vulto sem precedentes, sem falar na insuficiência da construção residencial que, além de um déficit estimado em dez milhões de residências, deverá completar-se com uma demanda adicional de um milhão de residências por ano.

Ora, tudo isto está na pendência de uma revisão do direito de concessão e do direito de garantia, sem o que a transferência dos excedentes a serem gerados numa área do sistema, onde há excesso de capacidade, para as áreas carecidas de investimentos não seria possível. - Trata-se de mudanças institucionais que não dependem da prévia estabilização monetária, mas que, como nos ciclos passados, conduzirá a essa estabilização. Esta a ordem obrigatória do encaminhamento da matéria.

Muito grato por vossa atenção.

PRÊMIO MONOGRAFIA 1990

A partir do dia 17/12 estarão abertas as inscrições para o "Prêmio Conselho Regional de Economia-RJ", que tem como objetivo estimular e divulgar os melhores trabalhos dos estudantes de instituições fluminenses do curso de Graduação em Economia.

INSCRIÇÃO

As inscrições podem ser feitas pelos chefes de Departamento de Economia das Universidades ou pela Direção ou equivalente de Faculdades isoladas, mantendo-se inviolável o nome do Autor e do orientador.

REGULAMENTO

Somente poderão concorrer os trabalhos concluídos no semestre de 1989 e 1º semestre de 1990, sendo até 4 (quatro) monografias para cada Instituição de Ensino.

As monografias devem ser entregues com um pseudônimo em 5 (cinco) vias datilografadas.

PRÊMIOS

Foi assinado um convênio com o BANERJ visando o financiamento da premiação que será a seguinte:

1º Prêmio	- 2.000 BTN's
2º Prêmio	- 1.000 BTN's
3º Prêmio	- 500 BTN's

COMISSÕES JULGADORAS

O Plenário do CORECON escolherá a Comissão Examinadora que julgará os trabalhos, ela será presidida pelo Presidente do CORECON e será composta de pelo menos quatro profissionais com notório saber no campo da Ciência Econômica. A Presidência da Comissão Examinadora terá o voto de decisão em caso de empate.

Maiores informações podem ser obtidas na sede do CORECON/RJ, na Av. Rio Branco, 109/19º andar - Centro/RJ ou pelo telefone 224-0578 com as senhoras Marley e Cely. O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 7 de janeiro.

PRÊMIO

MONOGRAFIA

1990

O MONOPÓLIO EM QUESTÃO

José Mário de Campos Pinto

O monopólio estatal do petróleo, institucionalizado no país pela Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, foi reconhecido e consagrado como uma das maiores conquistas do povo brasileiro, ao ter sua inclusão aprovada pela quase totalidade da Assembléia Nacional Constituinte, na Constituição promulgada em 1988. Entretanto, a partir da posse do Presidente da República, eleito em 1989, que assumiu o cargo jurando cumprir e defender a Nova Constituição, os eternos inimigos da Lei 2004 e, agora do artigo 177 da Constituição, passaram a ter um número crescente de aliados, incluindo-se entre estes figuras de relevância na gestão governamental e até mesmo na direção da própria PETROBRÁS.

No presente texto, não entraremos na análise desse aparente paradoxo; pretendemos apenas arrolar dados e fatos que possibilitem ao leitor analisar realisticamente o problema posto em questão, antes que inverdades e distorções amplamente veiculadas pelos grandes meios de comunicação o conduzam a apoiar uma solução da qual venha a se arrepender quando, mais esclarecido sobre a matéria, vier a reconhecer que a mesma é contrária aos interesses do povo brasileiro.

Para isto, procuraremos responder, da forma mais clara e concisa possível, às questões seguintes:

- Quais foram as razões que levaram a grande maioria do povo brasileiro a apoiar ardorosamente e ao Congresso Nacional a aprovar a institucionalização do monopólio estatal do petróleo no país e a criar a PETROBRÁS como sua empresa executora, em 1953?
- Em que medida essas razões permanecem válidas depois de decorridos trinta e sete anos, durante os quais se verificaram profundas mudanças nas economias nacional e internacional?

Para a primeira resposta convém preliminarmente recordar as circunstâncias que envolveram a campanha do petróleo é nosso, culminada com a promulgação da Lei 2004, ainda que de forma resumida.

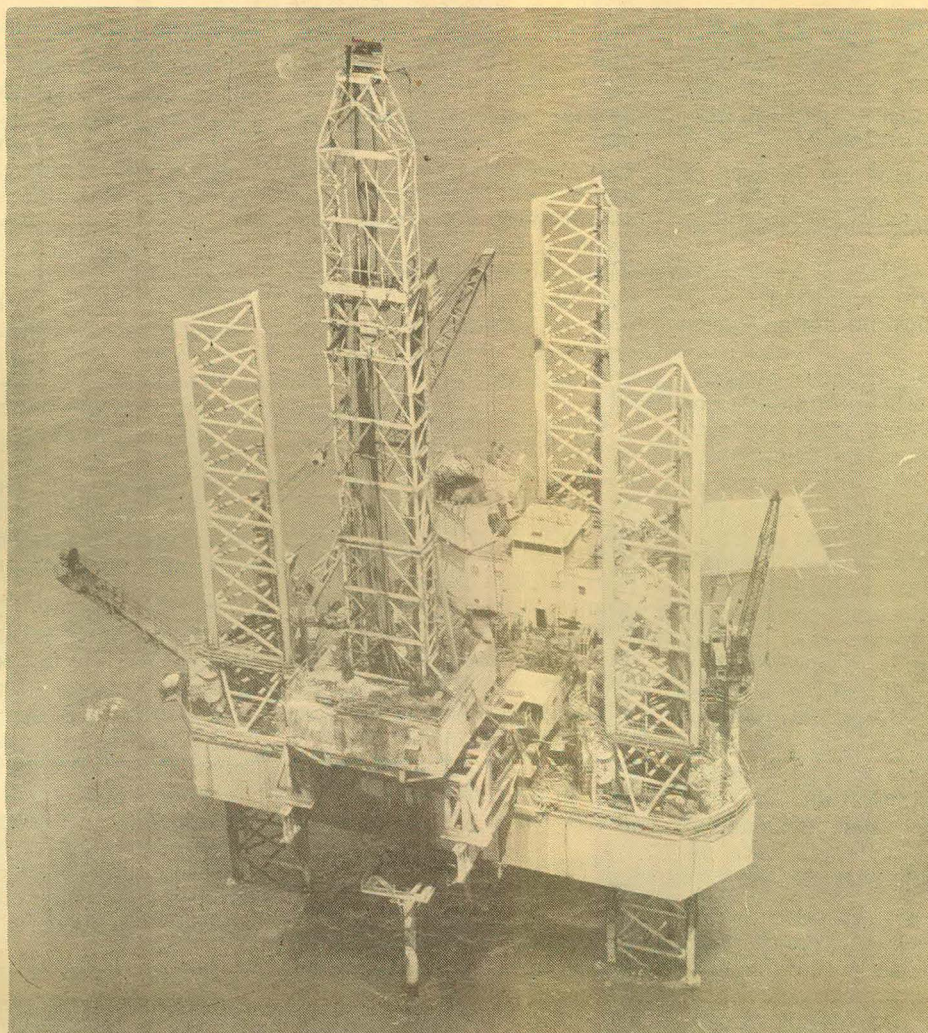
O surto industrial eclodido no Brasil nos anos da guerra, entre 1939 e 1945, revelou-se vigoroso bastante para prosseguir evoluindo no pós-guerra. Entretanto, decorridos alguns anos, a continuidade deste processo de desenvolvimento passou a ser ameaçada por "pontos de estrangulamento", representados pelo crescimento insuficiente de alguns setores produtivos, entre os quais assumia importância relevante o da produção de energia.

Apesar das excelentes potencialidades hidráulicas do país, a expansão dessa fonte energética só poderia contribuir para a solução do problema em futuro relativamente distante, face aos longos períodos de tempo exigidos para a maturação dos projetos desse setor. As outras duas fontes energéticas industriais não podiam ser consideradas como alternativas para esta contribuição: o carvão, principalmente, pelo baixo teor do minério nas novas jazidas, e o petróleo pela pequena expressão das reservas até então descobertas e pelas perspectivas pouco esperançosas de suas ampliações.

Assim, para que a crescente demanda interna de energia continuasse a ser atendida, as importações de derivados de petróleo cresceram rapidamente, passando dos 7% de antes da guerra para mais de 12% do total de nossas exportações em 1951; já no ano seguinte, esse percentual elevou-se para 18%, cifra assustadora para a época, tendo em vista que, no estágio em que se encontrava a nossa economia, a dependência externa era muito grande para o desenvolvimento da quase totalidade das novas atividades industriais.

Nessas circunstâncias, impunha-se uma drástica redução do peso da rubrica "combustíveis líquidos" na balança comercial do país, sem que com isto fosse prejudicado o atendimento das suas necessidades de energia.

Levando-se em consideração que: os derivados de petróleo constituíam-se na única alternativa viável para a continuidade do abastecimento interno de energia; o preço do petróleo importado representava cerca de um terço do preço médio das importações de derivados; a oferta de petróleo no mercado internacional era abundante e a preços relativamente baixos e, finalmente, que as perspectivas internas para o aumento de sua produção eram desanimadoras, em termos estritamente econômicos delineava-se claramente para a solução do problema a pura e simples construção de refinarias no território nacional.



Como o empresariado nacional nessa época era ainda bastante incipiente, restavam como possíveis responsáveis capazes para a realização de um investimento desse vulto as grandes empresas petrolíferas internacionais ou o próprio Estado, através do Governo da União.

A escolha entre essas duas alternativas foi feita, porém, através de uma ótica mais abrangente do que a estritamente econômica e que contemplava a soberania e a segurança nacionais.

Uma ampla campanha de esclarecimento revelou ao povo que a continuidade do nosso desenvolvimento a longo prazo, de forma soberana, dependia em grande parte de uma produção interna de petróleo capaz de atender às exigências mínimas necessárias para a continuidade da operacionalização de nossa economia, face a eventuais restrições ao abastecimento externo.

Foi revelado também que nenhum investimento estrangeiro seria orientado nesse sentido, tendo em vista que as grandes concessões de que dispunham as empresas petrolíferas internacionais possibilitavam-lhes uma produção de petróleo a custo baixíssimo e praticamente sem riscos, tornando-se injustificável para elas a exploração aleatória no território nacional. A força desses argumentos empolgou os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, levando o Congresso Nacional a implantar no país o monopólio estatal do petróleo e a criar a PETROBRÁS como sua empresa executora, com a responsabilidade de construir uma indústria petrolífera integrada todos os seus segmentos.

Com o acima exposto acreditamos estar respondida a primeira pergunta que nos colocamos; não nos parece, porém, ocioso acrescentar que o acerto da decisão tomada fica amplamente confirmado pelos resultados obtidos pela PETROBRÁS, citando apenas como ilustração três marcos importantes dessa realização: a partir de 1961, com a construção da Refinaria Duque de Caxias, foi praticamente alcançada a auto-suficiência do país quanto à produção de derivados e mantida a partir daí com a permanente expansão da capacidade de refinação através da construção de novas unidades ou ampliação das já existentes; a nossa incipiente produção de petróleo, a partir das descobertas realizadas na plataforma submarina, cresceu a taxas elevadas, representando

hoje mais da metade do total da carga processada por nossas refinarias e, finalmente, após concluída sua fase de implantação, a partir de 1978, quando passou a dispor como única fonte de recursos o resultado de suas atividades, a PETROBRÁS vem realizando investimentos anuais que flutuam entre 2 e 3 bilhões de dólares, dos quais mais de 90% representados por compras no mercado interno, promovendo com isto a criação e expansão de numerosas empresas privadas e, conseqüentemente, dando expressiva contribuição para o aumento de empregos e da renda gerada em nossa economia.

Isto posto, vejamos a resposta à segunda questão.

Preliminarmente, consideremos os fatores que possibilitaram o sucesso do monopólio estatal. O primeiro deles foi o apoio dado pelo povo à PETROBRÁS, que possibilitou ao Governo da União proporcionar-lhe, por diversos meios, os recursos necessários para a implementação do parque refinador nacional, cabendo ressaltar que à medida que aumentavam a capacidade instalada de refinação este aporte de recursos foi declinando até que, praticamente a partir de 1978 a PETROBRÁS passou a ter, como qualquer empresa privada, o resultado de suas atividades.

Preliminarmente, consideremos os fatores que possibilitaram o sucesso do monopólio estatal. O primeiro deles foi o apoio dado pelo povo à PETROBRÁS que possibilitou ao Governo da União proporcionar-lhe, por diversos meios, os recursos necessários para a implementação do parque refinador nacional, cabendo ressaltar que à medida que aumentava a capacidade instalada de refinação, este aporte de recursos foi declinando até que, praticamente a partir de 1978, a PETROBRÁS passou a ter, como qualquer empresa privada, o resultado de suas atividades como única fonte de recursos. Um segundo fator foi uma política de formação de preços que assegurou à atividade de refinação uma rentabilidade capaz de autofinanciar as expansões que se lhe tornaram necessárias com o crescimento da economia, política esta que está hoje carente de um reexame, mas, pela importância da matéria, este reexame merece ser analisado em um texto elaborado especificamente com esta finalidade. A despeito dessa última obser-

vação, ressalte-se que foi a política de preços, adequada às circunstâncias então vigentes que assegurou a continuidade e expansão do programa exploratório até alcançarmos as importantes descobertas da plataforma submarina. Por essa política o preço do petróleo nacional deve ser fixado em paridade com o similar importado; assim, apesar deste princípio quase nunca ser integralmente seguido, com o chamado "choque" de 1973, que quadruplicou os preços do mercado internacional e, posteriormente, em 1979, quando ocorreu uma nova multiplicação de preços, a atividade exploratória no país aumentou de muito a sua rentabilidade.

A importância dessas modificações pode ser avaliada por algumas cifras do período 1978 - 1989, cujo início fixamos justamente por ser o ano a partir do qual a PETROBRÁS passou a ter, praticamente, como únicas fontes de recursos, as suas receitas operacionais, quase que totalizadas pelo preço do petróleo nacional e pela margem de refinação, isto é, a remuneração de transformar o petróleo bruto em derivados.

Em 1978, deste total, a margem de refinação representava 84% e conseqüentemente a receita do petróleo correspondia a 16%; em 1988 altera-se esta posição, com a margem de refinação declinando para 40% e a conseqüente elevação da receita do petróleo para 60%. Isso ocorreu por duas razões: a primeira foi uma progressiva elevação do preço do petróleo nacional, por uma menos distorcida aplicação da sua paridade com o do importado; a segunda e mais importante razão foi que a participação do petróleo nacional na carga total processada por nossas refinarias elevou-se de menos de 16% em 1978 para mais 50% em 1989, evidentemente como resultado do vigoroso aumento da produção interna.

Com a seqüência da descoberta de novos e promissores campos, as perspectivas de hoje são bem diferentes das de 1953, permitindo-nos admitir a auto-suficiência do país também na produção de petróleo, se mantivermos a continuidade do programa exploratório.

Em que medida este quadro pode ser alterado com a revogação do monopólio estatal?

Em primeiro lugar, torna-se forçoso reconhecer que o custo médio de produção do petróleo nacional é elevado em relação ao custo médio dos grandes produtores, o que é explicado por estarmos trabalhando pioneiramente quanto à profundidade da lâmina de água de nossas explorações na plataforma continental, de onde vem a maior parte de nossa produção. Ainda assim, o custo médio do nosso petróleo, normalmente, situa-se bem abaixo do preço de venda praticado no mercado internacional, e é justamente esta diferença que permite a PETROBRÁS proporcionar substancial economia de divisas para o país.

O que ocorreria com o rompimento do monopólio?

Algo semelhante à situação de 1953, só que com prejuízos muito maiores para o país. Qualquer empresa internacional teria interesse em construir refinarias no nosso território, mas somente para abastecê-las com petróleo proveniente de suas jazidas no exterior que, como já vimos, tem um custo médio mais baixo do que o do petróleo nacional. Com este procedimento ganharíamos com a importação do petróleo que, evidentemente, continuaria a ser feita pelos preços praticados no mercado internacional, e ganharíamos com a remuneração da atividade de refinação.

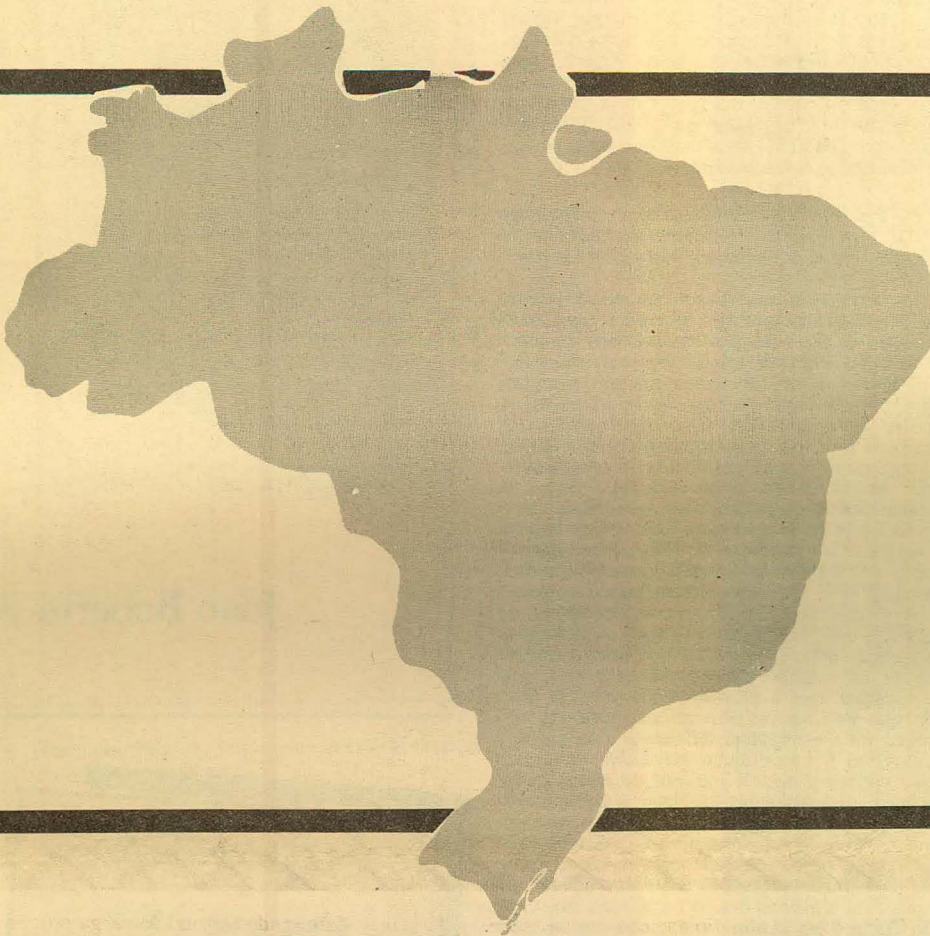
Nessas circunstâncias, tendo em vista que o preço do petróleo bruto representa cerca de oitenta por cento do custo total da produção de seus derivados (gás de cozinha, gasolina, diesel, querosene, etc.), as refinarias da PETROBRÁS não teriam condições de sobreviver em regime de concorrência com as instaladas no país, e abastecidas com petróleo importado, pelas grandes companhias internacionais. Sem as refinarias, a PETROBRÁS não mais teria os recursos necessários para dar prosseguimento a seu programa exploratório e a produção interna de petróleo declinaria até a extinção; como conseqüência, o peso da rubrica "petróleo" na balança comercial do país aumentaria extraordinariamente e, por fim, sem os bilhões de dólares de investimentos da PETROBRÁS, o fluxo de salários, lucros e impostos por eles gerados em nossa economia seria interrompido, com a transferência para o exterior das atividades e benefícios por eles promovidos.

O delineamento desse quadro nos impõe colocar uma última questão: a quem interessa o fim do monopólio estatal do petróleo?

BRASIL

O CORECON/RJ teve o prazer de receber o ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, para uma entrevista, poucos dias antes da realização do "III Fórum Nacional - Idéias para a modernização do Brasil" realizado no final de novembro.

O Sr. Velloso tornou estimulante o caráter de nossa entrevista, onde foram repassados diversos assuntos relacionados com a economia brasileira e mundial e destacou a importância fundamental de que se conciliem divergências no sentido da elaboração de um Plano de Longo-Prazo, para o Brasil, e que deve ser visto como uma contribuição importante e oportuna, num momento como o que vivemos em que, até bem pouco tempo, economistas de quase todas as correntes estavam como que afogados nas questões de curto prazo, em que as dificuldades enormes de nosso país parecem inviabilizar pensamentos mais projetivos.



PLANEJAMENTO REVISITADO

P - Eu gostaria de saber que paralelo nós podíamos estabelecer em relação à montagem do sistema de planejamento e do segmento moderno do nosso setor a partir dos anos 60. Que contribuições pode a sociedade civil dar à preservação do bloco moderno do nosso aparelho de Estado?

R - Nós começamos realmente em 88 a reunir economistas, num sentido pluralista, e a idéia era ter todas as tendências políticas e todas as escolas econômicas com um propósito de propor algo para a modernização política, social e econômica do país. No terceiro Fórum Nacional, realizado no mês passado, foi feito um balanço do que houve no Governo Collor, particularmente o ajustamento de curto prazo e também debates sobre as condições políticas e econômicas para a retomada do crescimento, além de painéis voltados para o problema da inflação, da dívida externa, sobre os rumos do sindicalismo no Brasil, a questão social, a política industrial e tecnológica e no final um **pout-pourri** abrangendo desenvolvimento regional, questão da agricultura e meio ambiente. Nós já publicamos cinco livros com os trabalhos do Fórum e há mais cinco sendo publicados pela Editora José Olympio que representam a tentativa de modernização do pensamento brasileiro, não apenas no tocante à área econômica, mas especialmente à questão social e à parte política. Isso me faz voltar às tentativas que podem ser comparáveis, nos anos 50, quando se estava tentando cristalizar um pensamento brasileiro que desse suporte em termos de

sociedade ao desenvolvimento, particularmente, naquela época, a industrialização voltada para a substituição de importações. Nós tivemos também a criação do BNDE, de modo que é possível ver uma divisão de economistas que a Lourdes Sola chamou de "os criadores de ideologias" naquele período, principalmente entre os mais internacionalistas e os mais nacionalistas e talvez tenha havido uma espécie de "acordo tácito", um pacto econômico entre economistas que permitiu, reunindo os moderados das duas alas, ter o mínimo de apoio entre os técnicos para que pudesse acontecer o Plano de Metas e o BNDES foi um dos mais, senão o mais importante instrumento de execução daquela política de investimentos que dava, como era natural, muita ênfase a investimentos de infra-estrutura que era de responsabilidade do Governo. Nos anos 60, e particularmente com a criação do IPEA e institucionalização do Ministério do Planejamento foi possível ter uma espécie de sistema nacional de planejamento que era fundado nas secretarias gerais dos ministérios e foi se aperfeiçoando, fortalecendo o papel do BNDES como o grande financiador das prioridades do governo que já iam evoluindo, ou seja, principalmente, naquele período em que eu fui ministro, o BNDES estava sobre a nossa supervisão, houve a reorientação no sentido de que, aos poucos, o BNDES diminísse a ênfase na infra-estrutura para se dedicar mais as indústrias básicas, principalmente, através da empresa privada nacional ou em associações entre empresa nacional e capitais públicos e capitais internacionais. Depois, veio o perfo-

"As vantagens comparativas de países como Brasil estão ameaçadas pelo novo paradigma industrial"

"Não há como fazer liberalização de importações sem um programa de reestruturação da indústria interna"

do de execução de grandes programas de insumos básicos, de bem de capital - no segundo PND - em que certamente o BNDES foi um instrumento por excelência. Já aí não apenas através de financiamento de longo prazo, como sempre fez, mas também de novos mecanismos de capitalização como aquela criação das subsidiárias de capitalização do BNDES e também da criação do Procap que era uma forma de colocar um sistema de bancos de investimento em torno do BNDES que repassava os recursos. O mesmo se fazia em relação aos bancos de desenvolvimento, de modo que havia realmente um sistema de bancos de desenvolvimento e de investimento no país voltados para o médio e longo prazo. Eu devo mencionar que mesmo no início dos anos 70, a função do BNDES de financiar as prioridades nacionais o havia levado à criação do FMRI que foi um esforço de reestruturação industrial que naquela época se verificou, principalmente, na área das indústrias tradicionais. Nós tínhamos tido um diagnóstico feito através do IPEA e também de especialistas do BNDES, no sentido de que as indústrias tradicionais brasileiras encontravam dificuldade de competição perante a sua concorrência de empresas multinacionais aqui no país e também no exterior, na tentativa de alcançar mercados externos, pois o Brasil já estava interessado em desenvolver uma linha de exportação de manufaturados, principalmente, devido à sua fragilidade, ela tendia a ser muito verticalizada e pela dimensão não alcançava economias de escala, não tinha eficiência suficiente, tinha problemas de capitalização, de tecnologia e de **management** e através do FMRI se fez uma experiência muito válida de reestruturação desses setores que foi no sentido de que essas empresas alcançassem competitividade internacional. Eu acho que agora nós estamos numa fase em que é preciso fazer algo semelhante, ou seja, não há como fazer liberalização de importações sem a contrapartida de um programa de reestruturação da indústria interna, senão nós vamos ter a ruptura do grande parque industrial diversificado e integrado que o Brasil construiu nas últimas décadas. De modo que, eu vejo novamente o BNDES com atribuições importantes não só na área de privatização, como ele está fazendo, mas também de financiamento de desenvolvimento tecnológico e de apoio a esse esforço de reestruturação industrial sem o qual uma política de tornar a indústria brasileira internacionalmente competitiva não vai poder funcionar.

P - Como fazer isso sem um sistema nacional de planejamento, que foi o grande item dessa experiência passada?

R - É óbvio que é preciso um sistema de planejamento, mas não vamos esquecer que agora a tarefa ficou facilitada porque você tem um Ministério da Economia que abrange quase tudo de que nós precisamos para fazer essa reestruturação industrial. Nós precisamos, principalmente, de mecanismos para desenvolver as estratégias de ação integrada entre Governo e iniciativa privada. O Brasil está precisando criar os novos instrumentos para essa nova fase, quer dizer, se você tem preocupação com competitividade internacional na área externa e de consolidar a criação gradual de um mercado de consumo de massa internamente, as duas coisas exigem reestruturação industrial: ou dos setores mais voltados para o mercado interno ou dos setores em que nós queremos ter competitividade internacional. Então, eu acho que nós precisamos de mecanismos, seja qual for o nome que eles tenham; de "grupos de modernização" como na França; "comissões de produtividade", no Japão; ou apenas grupos de integração, dê a eles a denominação que quiser para identificar os problemas que vão surgindo nos diferentes setores. Antes de tudo, é preciso ter uma idéia de quais são as novas vantagens comparativas dinâmicas do Brasil. Você tem um novo paradigma industrial. Como esse novo paradigma industrial se traduz em termos de novas vantagens comparativas? Isso significa que é preciso consolidar as vantagens que você já tinha, seja nas áreas tradicionais, seja nas áreas de indústrias básicas, o Brasil se tornou um grande exportador de petroquímica, siderurgia, celulose e essas áreas que são por assim dizer, o núcleo do paradigma industrial anterior, bens de capital em certa medida, e precisa também identificar uns certos "nichos" nas novas tecnologias em que nós vamos tentar ser competitivos. Alguma coisa tem que ser selecionada nas novas tecnologias

para esse fim. Tem que se ter primeiro essa idéia em mente, isso tem que estar muito claro, quer dizer, se as vantagens comparativas de países como o Brasil estão ameaçadas pelo novo paradigma industrial, qual é o futuro industrial deste país? Eu só vejo esse futuro em termos de consolidação de vantagens que já se tinha e desenvolver algumas vantagens que agora são do tipo criado, não são fatores herdados como mão-de-obra, recursos naturais, são fatores relacionados com a tecnologia, com o **engineering**, com **software**, que dizer, o uso de mão-de-obra qualificada de que já temos uma massa crítica. Isso me parece o campo em que vamos atuar em termos de prioridades para o desenvolvimento industrial brasileiro. Agora, essas novas prioridades têm que estar na cabeça dos empresários e do Governo e tem que haver os instrumentos que vão identificar onde estão os problemas para que essas novas prioridades possam acontecer.

P - Por que o Governo não tem um segundo PND, que era inteiramente orientativo de investimentos do setor privado e tinha metas?

R - Eu não posso querer que esse Governo seja como eu gostaria que ele fosse, mas tomado o fato de que ele procede de uma determinada forma, nós temos que ver como é que isso se pode converter num caminho para que o país faça uma política industrial. A gente tem que entender o seguinte: foi lançada uma política industrial e tecnológica integrada com uma política de comércio exterior, então eu estou procurando colocar as coisas dentro do balizamento que foi estabelecido. Eu já tive contatos e fui convidado para participar de reuniões no IPEA para discutir essa nova política industrial, com presença, inclusive, de todos os secretários diretamente envolvidos no assunto e com membros do BNDES e eles aceitaram, ou melhor, definiram a posição depois do debate que houve em que havia os neoliberais que não aceitam essa colocação, eles aceitaram muito bem a idéia de que nós vamos ter um desenvolvimento tendo uma estratégia definida e uma política industrial e tecnológica ativa. Eu acho que isso constitui aquele mínimo de que a gente precisa para começar a pensar e fazer sugestões. O que eu quis naquele debate foi realmente saber se esse pressuposto existia, senão eu estaria perdendo meu tempo. A partir daí, eu pude fazer sugestões e até entreguei uma nota com algumas dessas sugestões, no sentido de que eu sentia falta, primeiro de uma definição de novas vantagens comparativas dinâmicas, senão você não tem visão de prioridades, não sabe nem para onde você está querendo ir. Segundo, quais são os mecanismos para que essas prioridades cheguem ao setor privado, sejam aceitas por ele e para que você possa realmente começar, para todos os grandes complexos industriais, a identificar quais são os seus obstáculos. Por outro lado, tem que haver a idéia de uma política de competição interna, que foi uma coisa com a qual o Brasil nunca se preocupou. Se isto é uma economia capitalista, você precisa colocar competição, porque aí entra toda essa estória de oligopólio. Nós sabemos que todas as indústrias de grande porte, todos os setores de base hoje, são oligopolizados por uma necessidade tecnológica de economias de escala, há setores em que isso não é necessário, mas em geral as indústrias básicas exigem. O problema não é você ter oligopólio, porque os setores também estão oligopolizados internacionalmente. O problema é que esses oligopólios não se convertam em virtuais monopólios ou cartéis e você precisa de uma política de competição no país, até com definição de quais são as práticas que não devem ser aceitas. Todo país tem um mínimo de política **anti-trust**, ou que nome tenha, mas não na idéia de impedir que se formem oligopólios, mas sim na idéia de se manter o mínimo de competição que é necessário para que se tenha desenvolvimento tecnológico, para que se tenham eficiência, dinamismo econômico e assim por diante, quer dizer, para que você não forme monopólios que vão ser obstáculo para o desenvolvimento daquele setor e vão constituir problema do ponto de vista de preço para o consumidor. São esses elementos que nós temos que discutir para ir montando um novo tipo de política industrial. Eu acho que aqui realmente a coisa pega: há muita coisa a ser definida ainda, além do fato que você tem que ligar, como eu já dizia, reestruturação industrial com toda a questão de liberalização de importações. Você não faz liberalização de importações pelo amor a liberalizar. Você faz com o objetivo de adquirir



Darc Costa, Armando A
João Roberto Bhering e Juvenal Osório Gor
na entrevista

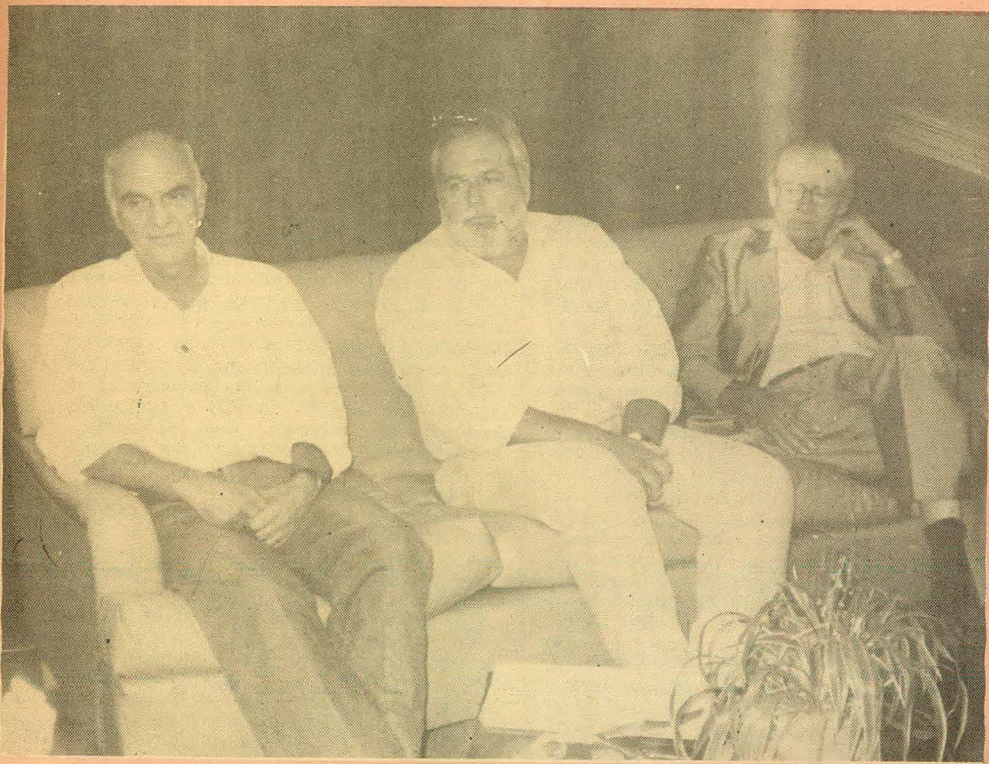
"As prioridades têm que estar na cabeça dos empresários e do Governo para que elas possam acontecer"

competitividade, de tornar a sua indústria internamente mais eficiente, porque o Brasil não está mais naquela fase de aceitar indefinidamente uma proteção a determinados setores que já têm 30 ou 40 anos de existência no país, em nome do consumidor, em nome também de você poder competir em certos ramos no exterior, você vai admitindo um certo volume de importações, mas aí entram duas coisas: primeiro, pra que você quer fazer essa liberalização de importações? Eu faria para modernizar a indústria. Eu quero importar equipamentos, eu quero importar tecnologia de que eu preciso e também ter uma estrutura industrial interna que seja razoavelmente competitiva. Mas isso tem que ser sincronizado com a aquisição de competitividade, com fortalecimento de setores, quer dizer, é uma atitude positiva em relação ao setor industrial aqui estabelecido para dizer: "Olha, nós queremos tais transformações, mas nós vamos dar apoio à indústria para ela ultrapassar essa fase". Esse apoio pode ser em termos de adquirir escala, mas as duas coisas devem estar presentes porque existe uma questão de emprego envolvida. O Brasil, nos anos 70, tinha um emprego no setor industrial crescendo a 8% ao ano. Nós não vamos, de

repente, abandonar esse grande contingente de emprego industrial que já temos, que é altamente significativo, isso tem que ser preservado na medida do possível sem abrir mão dos objetivos de competitividade.

P - O senhor foi o último Ministro do Planejamento e a política comandada pelo seu ministério era mais voltada para atender o mercado interno. Escuta-se falar aí de novo em termos de mercado externo, ou seja, o planejamento na sua concepção hoje deve ser mais voltado para o plano internacional, se nós voltarmos a ter planejamento, ou deve atender prioritariamente à questão nacional?

R - Eu acho que deve, como sempre foi, considerar um modelo misto que integra substituição de importações ou absorção de novos setores, como é o caso agora das novas tecnologias, conforme a época, exportações de manufaturados, além das exportações tradicionais e a expansão do mercado interno. Você vai atuar nessas três fontes de crescimento como nós fazíamos. Você dá mais ênfase a uma ou outra conforme as circunstâncias. Por exemplo, em termos de novos setores o que nós temos, agora, são as altas tecnologias, mas incorporando de uma maneira seletiva. A expansão das exportações é uma forma de você dar substância ao mercado interno. Você está utilizando capacidade para vender no exterior, é o primeiro momento. No segundo momento, você está gerando utilização de capacidade, emprego de mão-de-obra e emprego de todos os fatores de produção no país, isso significa a expansão de mercado interno, é um processo contínuo em que as três coisas vão interagindo. E fazer estratégia de desenvolvimento significa exatamente você saber como vai dosar essas coisas, conforme o estágio em que você se encontra. Desde o início dos anos 80, o Brasil deveria ter dado um passo adiante na sua política industrial e o que se fez até o começo dos anos 80 com aquele bloco de investimentos correspondente ao segundo PND foi dar ao país uma indústria realmente integrada. Aí o que se precisava era entrar no novo paradigma industrial que já começava a despontar e evoluir um pouco de uma preocupação exclusivamente com promoção industrial, que significa certas atitudes como a de dar incentivos para que o setor se instale no país, lhe dar financeiramente para que os projetos nessas áreas aconteçam, para um outro tipo de estratégia



encar, Roberto Saturnino Braga,
nes foram os convidados do "Informe Corecon"
com Reis Velloso.

"Nós precisamos de mecanismos para desenvolver estratégias de ação integrada entre Governo e iniciativa privada"

industrial em que se comece a ter preocupação com competitividade, porque já se tem todo um setor industrial amplo e integrado em funcionamento e isso tem que dar frutos ou para o consumidor interno, transferindo parte dos ganhos de produtividade para ele ou para o trabalhador, também transferindo parte dos ganhos de produtividade sobre a forma de salários reais crescentes ou em termos de conquista de mercados no exterior. Então, não é aceitar apenas que o país tenha esses setores é começar a ser mais exigente como anteriormente eu coloquei. É preciso ter uma política de competição interna. O Japão sempre teve essa política de competição interna, de modo que antes das empresas japonesas irem para o exterior elas já disputavam entre si o mercado e foram para o exterior realmente preparadas para competir.

P - O senhor não acha que pode não funcionar essa idéia de que nós vamos criar aumento de produtividade, competitividade abrindo digamos o acicate da concorrência externa, se não houver primeiro uma preparação interna? Sem esse suporte interno nós não corremos o risco de jogar nossa indústria a um embate, destruí-la de repente, e destruir

todo um trabalho feito pelos outros Governos ao longo do tempo?

R - Eu acho que não se pode esperar nada. Você tem que sincronizar, tentar sincronizar as coisas, porque existe toda uma globalização da economia que é um fato da vida e não depende de você, inclusive porque a política dos países industrializados é uma política de reciprocidade. Não é possível mais tentar fazer o isolamento do mercado brasileiro, o que se pode é dizer quais são os salva-guardas que você adota na hora que você começa a fazer uma certa liberalização. O que tinha acontecido no Brasil é inadmissível. A partir do colapso financeiro externo de 1982, o Brasil simplesmente estabeleceu o seguinte: você não importa nada que possa produzir no país. O que é um retrocesso em relação ao que nós estávamos fazendo nas décadas anteriores em que você tinha uma lei de tarifas feitas em 57, moderna para a época. Então, como é que em 1982, você simplesmente diz que o Brasil não tem mais lei de tarifas e nós vamos decidir o que importa e o que não importa administrativamente. Esse sistema não existe em lugar nenhum do mundo, ainda mais numa economia razoavelmente complexa e sofisticada como é a brasileira. Cada empresa tinha que apresentar um programa de importações à CACEX e ela dizia o que podia importar ou não. Isso não dá, todos nós sabemos. Isso se pode fazer durante 2 ou 3 meses em que haja uma emergência de não poder executar o seu balanço de pagamentos. Só que em lugar de ficar 6 meses ou 1 ano com essa política nós ficamos uma década e tudo isso tinha que ser revisto. Agora, certamente o Brasil precisa construir todo o sistema de pós-graduação no país, que era, inclusive, para melhorar o nível de graduação. Tudo isso está indo para o brejo. As universidades brasileiras estão numa situação lamentável e eu não diria nem que seja por problemas de recursos. As universidades brasileiras absorvem mais de 80% do total de recursos que vão para o Ministério da Educação, ou seja, o Governo Federal cuida da universidade, é isso que ele faz. Então, você tem toda uma reformulação do sistema educacional brasileiro a ser feito e mais você tem, vamos tomar aqui como exemplo, os casos problemas que o BNDES e a Finep tem de recursos. A Finep quase desaparece esse ano, vocês sabem disso muito bem. Eu tive que procurar o relator do orçamento, em fins do ano passado, para discutir a situação da Finep e eu não tenho mais nada a ver com a

Finep a não ser a preocupação de não ver um instrumento como esse desaparecer porque o orçamento que a Finep ia ter para este ano era de não poder pagar o funcionalismo. Ao contrário, eu acho que a Finep não deveria ter um orçamento de 50 ou 60 milhões de dólares, ela deveria ter um orçamento de 500 milhões de dólares, que não seja em 1 ano ou 2 anos, que seja no período de 5 anos. O BNDES também deveria estar aí com um programa gigantesco na área de tecnologia, mas de vez em quando tem problemas enormes. Você descobre que ao fazer a Constituição tiraram uma fonte de recursos do BNDES, depois veio uma outra lei que tirou outra fonte de recurso e aí vai o Presidente do BNDES e tenta recuperar de outra forma, quer dizer, esse instrumental deveria estar sendo fortalecido porque se nós não tivermos esse instrumental de apoio a uma boa estrutura de desenvolvimento científico e tecnológico no país não há futuro industrial para o Brasil. E isso vai até a área de educação certamente. O resumo da novela é que o Governo tem que recuperar a sua capacidade de poupança. Nunca ninguém pensou em fazer Estado mínimo no Brasil. Você tem que definir de um lado o que deve ser o Estado empresário no Brasil. A última definição que foi feita e eu não tenho culpa de ter sido, na época, do segundo PND, mas foi, o que o Estado faria em termos de empresas estatais e depois disso você está tentando fazer um programa de privatização sem esse pressuposto básico que é o de dizer: "Vou privatizar tais e tais empresas, porque elas não são mais da área de atuação do Estado empresário, segundo meu entendimento". O que deve ser discutido entre Executivo e Congresso e isso, qual é a área de atuação do Estado empresário? Discutida essa delimitação, a privatização é uma mera consequência e ninguém mais vai se preocupar em fazer lista de empresas. Você diz que tais e tais setores estão fora do âmbito do Estado, porque o Estado já precisa passar para tecnologia, então vai esquecer certas coisas e elas já amadureceram bastante como a área de petroquímica, siderúrgica, etc., e transfere para a iniciativa privada, principalmente, a iniciativa privada nacional. Mas é toda uma reformulação. É o processo normal de evolução das funções do Estado. Na medida em que, inclusive, o Estado puder sair de áreas como transportes, portos e essa coisa toda e eu acho que deve sair, principalmente se houver iniciativa privada para absorver esses setores. Obviamente, não há coisa mais dinâmica do que isso das funções econômicas do Estado, particularmente, em matéria de Estado empresário. Há certas funções que são muito mais permanentes porque são próprias do Estado, na área de Educação, por exemplo, sempre o Estado estará envolvido.

P - Em 1970, o Brasil tinha em termos de poupança 26% ou 25% do PIB e isso representava na época uns 60 e poucos bilhões de dólares. Depois de 20 anos, em 1990, a população brasileira quase duplica de 90 milhões para cerca de 150 milhões - quase 100% - e a carga fiscal só aumenta 10%. O senhor não concorda que teria que ser apresentado um verdadeiro arrocho fiscal?

R - Há toda uma reforma fiscal, tributária e orçamentária a ser feita, eu concordo.

P - E para fazer isso é vital que o Governo defina a retomada do papel do Estado e não permaneça só nessas discussões de intercionalismo, abertura, teoria dos investimentos competitivos, teoria da pós-modernidade e outros modismos que não significam nada neste país?

R - Existe um negócio que é o seguinte: a economia globalizada é um fato da vida. Ela é uma realidade. Você tem que dizer de que forma se quer fazer a sua articulação com essa economia. É aí que você pode tentar fazer alguma coisa, mas você não vai negar que ela existe. Você está dentro do mundo e tem relações com o resto do mundo e eu acho bom que se tenha, mas você conduz o seu processo. É diferente. Você precisa de uma estratégia para dizer como é que você vai fazer a sua articulação com a economia mundial. Isso é que deve estar claro para nós. O Brasil, inclusive, deve no meu entender, querer ter "nichos" das altas tecnologias em que ele vai tentar fazer exportações para países desenvolvidos. Como eu já disse de maneira altamente seletiva. Por que? Por que nós temos as novas vantagens comparativas dinâ-

micamente trazidos, por exemplo, por fatores como aqueles que já citei: você ter **engineering** mais barato que no exterior, você ter **software** com massa crítica mais barata para o exterior. Então, como o mercado externo dos países desenvolvidos é mercado de segmentações, você tenta ver onde é que você pode penetrar. Você faz **up-grading** das suas exportações continuamente, tal como faz **up-grading** da sua indústria dentro do novo paradigma industrial. Isso me parece a coisa mais natural do mundo, agora você não perde o controle do processo, ou seja, dos objetivos que você tem em mente que são objetivos de dar um alto padrão de vida à população que está aqui no Brasil.

P - Se o Estado não retoma drasticamente as funções de indicador e mais as iniciativas desse processo, não se justificará nada, ficaremos todos de braços cruzados, o Estado fica "zerado", à espera de livre jogo de neoliberalismo e, enquanto isso, há milhões de brasileiros morrendo de fome, o que o senhor acha?

R - Não vamos ficar discutindo pressupostos. Vamos dizer o que nós achamos que deve ser feito, vamos fazer as nossas propostas. Eu não tenho nenhuma vocação para ficar discutindo aquilo que o Governo deveria ser. A minha vocação é para chegar e dizer: "Eu acho que o desenvolvimento brasileiro deve ser conduzido da seguinte forma: nós precisamos de estratégia, depois da estratégia, nós precisamos de instrumento para que essa estratégia aconteça, instrumentos em termos de integração com o setor privado e instrumentos em termos de agentes financeiros e de sistema de incentivos". Então, qual é o papel do BNDES nessa nova política industrial? Qual é o papel da Finep, do Governo e o que falta o Governo fazer? Como é que deve ser a reformulação fiscal a ser realizada? A minha vocação é dizer em que consiste a minha estratégia e como operacionalizá-la, dêem a isso a denominação que derem! O Brasil, eu citei aqui o exemplo dos anos 50 e não foi à toa, tinha um debate ideológico, na época, que talvez fosse até muito mais apaixonado do que hoje e a despeito disso você fez o Plano de Metas. Nesse Plano de Metas se envolveu o pessoal do BNDES e não foi só de uma corrente. Houve um modus vivendi de sorte que quem não era extremado pôde participar desse processo. Exatamente quando aquele mínimo de consenso desapareceu no início dos anos 60, porque o país, de repente, começou a enfrentar uma crise e havia diagnósticos de tal modo divergentes e não foi mais possível reproduzir aquele mínimo de consenso. Aí cada lado saiu na sua direção e nós vimos o que aconteceu. Então, quem acha que aquilo que o Governo está fazendo é errado e incompleto deve trazer propostas para discussão.

P - Essas propostas o senhor colocou aqui, quer dizer, é necessário que se tenha planejamento indicativo centralizado?

R - Eu não sei qual é o nome. Eu nem usei a palavra planejamento aqui, mas se você quiser usar, usa. Eu estou de acordo. Eu acho que deve haver planejamento indicativo como sempre achei. Nós temos até que discutir o problema político. O Brasil tem um problema político seriíssimo, que é o seguinte: existe uma democracia de massas neste país. É a mesma coisa em relação à economia internacional globalizada. É um fato da vida. Nós temos 84 milhões de eleitores e 50, aproximadamente, 53 à 55% da população adulta desse país são eleitores. Na República Velha, 2% da população adulta votavam. Então, aí você tem os números que dramatizam a existência de uma democracia de massas, que ainda não existia nos anos 50. Já havia populismo, inclusive, porque o percentual de votantes devia estar uns 20%. Então como é que com essa democracia de massas, num país em que existe desigualdade sociais que nós conhecemos, vai funcionar de maneira a não impedir que pelo imediatismo de soluções ou clientelista, populista que seja, ou de direita, de esquerda, de centro, do alto, de baixo, de todos os lados, você venha impedir que haja um mínimo de controle da inflação e haja viabilidade do crescimento? O que se chama no Brasil de década perdida não é propriamente uma década em que não tenha havido crescimento. Você teve dois surtos de crescimento e até com início exagerado, em 79 e em 85, e eles foram abortados, eles morreram. O que o Brasil não conseguiu foi ter ciclos de crescimento que fossem duráveis e talvez

tenha feito, em 79, reaceleração da economia na hora errada, quando estava chegando a segunda crise do petróleo, e fez uma reaceleração da economia em 85, quando estava chegando a inflação de 250 a 500%, ninguém mais sabia direito porque era muito volátil. Aí, você mistrou incompetência de gestão econômica, ao longo da década, de várias formas, com incompetência política da sociedade ou de quem seja, o certo é que o país não conseguiu mais realmente ter crescimento estável. Agora, se faz novamente uma tentativa. Está se tentando controlar a inflação com o pressuposto, para voltar a crescer, se conseguir um mínimo de controle você vai tentar fazer o crescimento e eu pergunto o seguinte: não vai acontecer novamente que aquela questão não solucionada, de como você concilia democracia de massas com a boa gestão econômica vai trazer problema? Enquanto a Europa não resolveu isso, e ela não resolveu até a segunda guerra mundial, ela teve problemas muito sérios, inclusive perdeu a democracia. Quase todos os países europeus entraram em regimes autoritários ou totalitários, antes da segunda guerra, isso não foi à toa, é porque ela tinha passado por um processo de industrialização muito rápido, cheio de tensões, ela teve o advento da política de massas, ela não soube como conjugar essas duas coisas, eu estou falando de maneira grosseira, mas o certo é que cada país teve que encontrar o seu caminho e foram os consensos do pós-guerra em cada um dos países mais importantes da Europa que permitiram fazer a conciliação daquela política de massas com o crescimento. E aí você teve o milagre italiano, milagre alemão, milagre francês e teve isso que vocês chamam hoje de Europa em via de unificação, mas não foi nada caído do céu. Foi todo um trabalho de mudanças institucionais que permitiram conciliar a democracia de massas com o crescimento.

P - Além disso esses países tinham um planejamento indicativo centralizado. O senhor acredita que uma das causas talvez dos sucessivos fracassos dos planos de controle da inflação no nosso país, os mais recentes, é que eles não acenavam com um pano de fundo, as questões de combate à inflação eram imediatistas, não se tinha um projeto por trás e isso de certa forma perturba um pouco?

R - O progresso que os países desenvolveram nos anos 80, ao lado da falta de progresso no Brasil, é um negócio que impressiona. Eles rapidamente vão sair do problema que estão enfrentando, talvez com uma pequena recessão e eu não tenho dúvida de que daqui a um ano e meio já estarão crescendo novamente e o que eu pergunto é: aonde é que nós vamos estar?

P - O senhor acredita que talvez seja necessária uma crise para formação desse consenso, quer dizer, a Europa formou o seu consenso na guerra, na crise da guerra, nós não temos a guerra, mas nós devemos passar por uma crise de tal forma tensionante que vai obrigar a sociedade a encontrar uma saída?

R - Eu acho que é por aí. Você precisa colocar as diferentes propostas na mesa, vamos discutir essas propostas, vamos fazê-las passar pelo processo político e vamos tentar chegar a um mínimo de entendimento, qualquer que seja o nome que esse mínimo tenha, para que o país volte novamente a crescer resolvendo os seus problemas sociais.

P - Nós estamos discutindo alternativas a uma aliança Estado capital privado nacional que teve sucesso marcante e naturalmente nós não precisamos pensar num novo modelo imperiosamente, mas porque não numa crítica interna ao modelo que nós viemos adotando que ao longo da sua entrevista o senhor fez vários comentários e demonstrou adaptabilidade a várias metas que nós temos de realizar? O senhor poderia opinar a respeito disso?

R - Eu acho que isso passa pelo sistema político e qualquer aliança nas condições do Brasil tem que passar por ele. Você tem várias alternativas de projetos nacionais e de propostas. Eu acho que há um intervalo desse espectro de possíveis propostas que permite um certo mínimo de cooperação. Mas depois de debates, de jogo político, que a gente nota, inclusive, o seguinte: a pluralidade eleitoral brasileira é hoje uma coisa óbvia. Na eleição

municipal de 88, nenhum partido teve mais de 17,5%. Como aquela divisão de águas que se fez no segundo turno é artificial, como tinha ficado claro no primeiro turno, toda vez que você fizer eleição no Brasil nas circunstâncias atuais, você vai ter o mesmo fato retornando. Não existe nenhuma corrente política preponderante. Varia um pouco de eleição para eleição, mas vocês tem PMDB, como tem PFL, PDT, PT, certa idéia de social-democracia que está um pouco no PMDB, como está no PSDB e até certas facções do PDT e PT que são próximos da social democracia européia. Então, você tem uma idéia mais neoliberal, economicamente, que abrange PFL e PDS, mas também permeia quase todos os outros partidos, tem uma outra tendência mais social-democrata que permeia vários partidos. Essa tendência neoliberal tem um grupo que é mais moderno, mais conservador ou mais progressista, tem gradações, da mesma forma como tem gradações dentro da social-democracia, não é? Tem um grupo que é mais extremado, bem de esquerda, como tem outros grupos que são quase conservadores, economicamente, quer dizer, você pode fazer suas "clivagens". Você procura os divisores de águas da forma que quiser, nenhuma dessas correntes ou agrupamentos é preponderante. Cada um tem 15 a 20%, então se tem 4 ou 5 grandes grupos políticos, logo, você tem que ter alianças de 2 em 2, ou alianças penetrando todas as correntes. O importante é que você vá tentando explicitar as propostas dos projetos para depois ver onde é que podem ressurgir as convergências. O Fórum Nacional tem sido um instrumento importante para isso. Quando nós começamos era mais difícil falar em propostas, mas hoje essas propostas já vão ficando mais claras.

“É necessária toda uma reformulação orçamentária e fiscal da União”

P - O senhor identifica essas propostas totalmente elaboradas?

R - Eu diria que existem embriões de propostas.

P - Então só tinha uma proposta dominante? Pode-se dizer que dos dois candidatos que ficaram no segundo turno não havia grandes divergências?

R - Havia sim, havia profundas divergências tanto do lado do Lula como do lado do Collor. Tanto que quando passou a eleição o PSDB ficou muito mais próximo do Governo do que os aliados que ele tinha. Só havia coincidência numa coisa: é que a campanha eleitoral do ano passado foi extremamente simplista e em certo sentido um retrocesso. Idéias tão vagas que não permitiam nem que você identificasse propostas. A identificação de propostas veio a posteriori, porque nenhum dos candidatos explicitou o que era a sua proposta, deliberadamente. Em matéria social, a discussão da questão social no Brasil foi simplesmente uma denúncia social, só isso. Não houve nenhuma proposta de estratégia social com ninguém. Nenhum dos candidatos, nem os finalistas, nem qualquer outro apresentou uma proposta concreta de estratégia social. Se pedisse a seu partido, tinha, o partido tinha, mas não queria explicitar com receio de estreitar o apoio. É óbvio. Foi isso que aconteceu.

Nos anos 70, nós tivemos todo um debate sobre distribuição de renda que foi extremamente polarizado, pois o país estava polariza-

do por decreto. Nós tínhamos PDS e PMDB e acabou! Tudo era plebiscitário, tudo era maniqueísta. Aquela discussão sobre distribuição de renda teve um sentido muito bom, porque todo mundo passou a se voltar para o assunto e aí você começou primeiro a entender o que era o processo de concentração de renda no país, quais eram os principais fatores causadores e segundo você começou a pensar em estratégias. Surgiu depois a estória de crescimento com redistribuição e em termos teóricos, todo mundo aceita hoje, praticamente, que você tem que fazer crescimento com redistribuição simultaneamente, mas o que nós vimos no ano passado foi uma volta atrás. Você ainda estava explicando à população brasileira que o Brasil é um país terrivelmente desigual. Isso está claro desde 1962, com aquele artigo do economista Fishlow e que iniciou o debate. Então, você levou 15 anos de um debate e parece que o esqueceu e, pior ainda, esqueceu o seu resultado que era um certo entendimento de como se conduzir uma estratégia social neste país. Agora, como tudo aquilo era artificial, porque o segundo turno cria um maniqueísmo e a polarização artificialmente, depois que você saiu do segundo turno voltou a ter a pluralidade que é de onde surgiu essa parte aqui da nossa discussão que realmente este é um país hoje pluralizado, politicamente. O que eu acho bom, porque evita aquele tipo de polarização que você teve no início dos anos 60, com consequências extremamente danosas. Até que o país naturalmente desenvolva as suas convergências e os seus consensos, eu acho que é bom que fique claro que existe uma pluralidade, porque aí realmente esse processo de discutir como conciliar crescimento com redistribuição, como conciliar política de massas com o crescimento, controle da inflação com o crescimento e uma série de coisas que não estão respondidas e que causaram todo o problema dos anos 80, além dos aspectos de incompetência econômica e política governamentais.

P - Nos anos 50, nós estávamos em crise muito séria que talvez por isso se tenha conseguido um mínimo de consenso em certas coisas. Tinha que ter consenso, por exemplo, que era necessário investir em energia elétrica, porque a situação estava complicada para todo mundo, para o da direita, o da esquerda, do centro ou liberal. Hoje, muitos dizem que a situação tem que piorar para o pessoal tomar juízo. Como esse país é muito grande, se piorar muito, o senhor acha que depois vai ter alguma liderança capaz de segurar isso?

R - Por isso é que eu acho que nós devemos adiantar nossas propostas para evitar que o processo continue se deteriorando, pelo menos, vamos fazer um debate para que enquanto as coisas se mantêm complicadas você ganhe tempo em termos de debate, porque aí na hora que você sentir que piorou demais ou que as coisas possam tomar um rumo bom você já tem idéia de como vai fazer a reconstrução.

P - Em 88, a nossa Constituinte parece que pressupôs que o Brasil era um país rico, desenvolvido, do primeiro mundo e que então tinha que cuidar só de repartir o bolo. O senhor não acha que a impressão que se tem é que os nossos constituintes de 88 foram extemporâneos e que eles criaram uma Constituição para um país que não é aquele que eles imaginaram e que ela vai constituir um empecilho muito sério para nós começarmos a tentar a arrumar alguma coisa? Especialmente melhorar a poupança?

R - Eu acho que a Constituição foi feita numa fase complicada, em que o país não havia ainda definido a sua transição, as idéias não estavam nada arrumadas, não havia nem esse debate que a gente hoje está querendo fazer. A Constituinte partiu de uma idéia de que ia se assessorar com a sociedade brasileira com 150 milhões de pessoas, então fez uma figuração de receber sugestões e eu estive lá. Foi um espetáculo quase de circo, porque você fazia uma reunião de 15 em 15 minutos e com diferentes grupos sociais. Eu consegui falar 5 minutos, um dos que mais falaram e aí entreguei um documento antes que me cassassem a palavra, quer dizer, deu a impressão de que se estava consultando a sociedade. Bom, é uma maneira de fazer, só que é uma maneira extremamente complicada, porque depois como é que ficou o Bernardo Cabral para reunir

todos aqueles pedaços? E nós terminamos tendo a Constituição que está aí e que é o retrato daquele momento e que realmente avançou na questão dos direitos sociais, mas não teve qualquer preocupação com o crescimento, pelo menos, com o instrumental para que se pudesse fazer o crescimento do país. A União está, hoje, em situação insustentável, porque realmente você deu 50% dos principais impostos da União para distribuir com os Estados e Municípios. A União, por seu turno aumentou incrivelmente os gastos de pessoal e o resíduo hoje para outros custos e despesas de capital é insignificante. Ela investe apenas através de empresa, no orçamento federal não há mais investimentos - a própria Previdência com algumas idéias que pareciam simples, você no primeiro ano aumentou em 3,5% do PIB a despesa da Previdência, no segundo ano em 3% do PIB e agora não conseguiu tapar o buraco - você está adotando medidas paliativas porque há um desequilíbrio financeiro e estrutural no orçamento da Previdência que ainda não foi consertado. Esses recursos que são transferidos para os Estados e Municípios, eles são gastos e os Estados não têm nenhuma preocupação com o controle de déficit nem nada disso. De modo que, a União vai ficando só com os problemas e você não transferiu os encargos, ela tentou transferir, mas não conseguiu. Você tem que ter toda uma reformulação orçamentária e fiscal da União para ver como ela vai sobreviver decentemente e como vai recuperar o mínimo de capacidade de investimento. Ainda que ela entregue o investimento às empresas, ela tem as suas áreas intransferíveis em termos de educação e saúde e tem que complementar o que os Estados e Municípios fazem, tem que cuidar, pelo menos, das grandes endemias e de certas coisas que ela não pode transferir para os Estados e Municípios, principalmente, porque essas coisas ocorrem nos Estados e Municípios pobres. O Nordeste saiu aí de gaiato nessa estória toda, porque ele achou que ia ganhar com aquilo, ele foi o pior prejudicado, porque o amigo do nordeste é a União. Na hora que você deixou a União de tanga, o Nordeste e a Amazônia não têm mais saída. Correm até o risco de perder agora o incentivo fiscal. Os Estados ricos ganharam muita Receita e estão gastando adoidados, e o pior é que além de terem muita Receita eles gastam tanto que continuam tão endividados quanto antes. Não resolveram seu problema e como eu disse, o osso sempre fica com a União. Agora tem que chegar e enfrentar a situação, não ficar nesse sistema em que você cobra cada vez mais imposto e cada vez menor número de pessoas e cobra impostos errados.

O sistema tributário está piorando porque está ficando cada dia mais regressivo e os tributos são cada dia em maior número, o que é um erro, você ter um número muito grande de impostos e são impostos sobre o valor da produção e não sobre o valor adicionado. Tem que parar e dizer: "Está aqui a reforma tributária feita na Constituição, vamos fazer um novo sistema tributário, é o começo de toda conversa e vamos cobrar impostos."

P - Nós já estamos em recessão. O senhor acredita numa depressão?

R - Quem sou eu para saber o que vai acontecer! A questão é saber como o Governo vai se comportar e como a sociedade vai se comportar também. Se você não está conseguindo fazer esse pacto social é porque novamente certas perguntas não foram respondidas. Não ficou claro, realmente, como é que faz reajuste de salários e de preços. Eu concordo que o objetivo é chegar à livre negociação, porque estamos numa democracia e não há outra idéia por mais insatisfatória que ela seja, a livre negociação é a melhor maneira de resolver o problema da distribuição dentro de uma sociedade democrática. Se queremos caminhar para isso, no momento em que temos uma inflação maluca, então, no mínimo, é necessário termos um balizamento porque os agentes estão acostumados a atuar por balizamentos. Mas vamos discutir quais são as regras para permitir que os reajustes de salários e de preços sejam compatíveis com o declínio da inflação, senão novamente teremos a ausência de um mínimo de consenso. É por isso que não sei dizer o que vai acontecer. Cada um está indo para o seu lado e na hora em que cada um está indo para o seu lado, há um preço e um custo social muito alto a ser pago.

NOTAS & SERVIÇOS

A Biblioteca Eginardo Pires é resultado de um convênio entre o CORECON e o IERJ e atende a todos os profissionais registrados, estudantes de economia, associados do IERJ e pessoas de áreas afins, diariamente, no horário de 10:00 às 17:00 horas. Ela reúne livros doados ao IERJ pela família Eginardo Pires, livros já existentes no CORECON e objetiva proporcionar à classe dos economistas melhores condições de acesso ao conhecimento técnico especializado.

Serviços prestados pela Biblioteca:

- Apoio aos usuários em suas consultas e pesquisas;
- Empréstimo domiciliar;
- Localização de publicações existentes em outras bibliotecas;
- Empréstimo entre-bibliotecas.

...

A Videoteca de Economia do CORECON/RJ conta com mais de 273 fitas sobre Teoria Econômica e Economia Brasileira e está organizada para atender aos pedidos e empréstimo. O preço de aquisição é de 50 BTN's por fita e o de locação é de 1,5 BTN por 24 horas ou fração.

A Videoteca está preparada para promover seguindo interesse dos associados os mais diversos programas.

...

BOLSA DE EMPREGO

O CORECON/RJ possui relação atualizada de economistas formados com diferentes títulos - especialização, mestrado e doutorado - que estão procurando nova colocação no mercado de trabalho. Se sua equipe necessita de um profissional qualificado, consulte nossa bolsa de empregos. Procure para maiores informações a Sra. Graça ou Sra. Sheila na SEVAP/CORECON. (Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Tel.: 224-0578).

O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA E O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES ANUAIS

A obtenção do registro profissional junto ao Conselho Regional de Economia, é a condição legal exigida para o exercício da profissão de economista, criada pela Lei nº 1.411/51, regulamentada pelo Decreto nº 31.794/52, com anotações posteriores da Lei nº 6.021/74.

Com a homologação do processo de inscrição profissional, e a expedição da respectiva cédula de identificação, o economista passa a gozar das prerrogativas inerentes a sua profissão, tendo em contrapartida a obrigatoriedade do recolhimento anual da contribuição ordinária (anuidade), fixada pelo Conselho Federal de Economia, em consonância com a Lei nº 6.994/82, com prazo máximo para recolhimento até o dia 30 de abril de cada exercício fiscal.

Assinala-se que, por se tratar de uma contribuição federal, as anuidades dos Conselhos Regionais de Economia têm o seu pagamento em caráter compulsório, ainda que o economista não esteja efetivamente exercendo a sua profissão, de vez que o fato gerador da exigência tributária é unicamente a habilitação legal ao exercício da profissão concedida pelo órgão fiscalizador no ato de deferimento do pedido de registro profissional, formalizado em requerimento próprio do interessado.

Assim, em caso de atraso ou falta de pagamento de anuidades, o economista estará

sujeito à ação de cobrança administrativa, podendo inclusive, esgotadas todas as vias administrativas de cobrança amigável, ser exigido o pagamento do "quantum" da dívida fiscal mediante ação de cobrança executiva na Justiça Federal, na forma orientada pela Lei nº 6.830/80 - que trata da Cobrança Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

O objetivo do presente esclarecimento é o de dirimir dúvidas muito comuns entre a exigibilidade do recolhimento das contribuições anuais e o exercício profissional, e ao mesmo tempo alertar sobre as implicações legais de inadimplência.

Aproveitamos para informar que o Conselho Federal de Economia - COFECON - fixou em 100 BTN o teto da anuidade do economista para o exercício de 1991, com pagamento integral do valor no mês de abril, ou com opção de desconto nos meses de janeiro, fevereiro e março, para pagamento efetuado em cota única, conforme a tabela abaixo. As guias de recolhimento de anuidade deverão ser remetidas aos economistas até o dia 31/12/90, e o pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência da rede bancária no Brasil, nos termos do convênio firmado entre o CORECON - RJ e o Banco do Brasil S/A.

TABELA DE ANUIDADE - PGTO. EM COTA ÚNICA

VENCIMENTO	DESCONTO (%)	VALOR DA ANUIDADE
Até 31/01/91	50	50 BTN
Até 28/02/91	45	55 BTN
Até 31/03/91	40	60 BTN
Até 30/04/91	sem desconto	100 BTN

Por último, solicitamos aos interessados que, em caso de eventual mudança de endereço/telefone ou atraso no recebimento da guia de recolhimento, comuniquem-se com o Setor de Atualização de Cadastro e Cobrança, através de carta, pessoalmente ou pelo tel.: (021) 224-0578 no horário de 9 às 18h.

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS

1º SEMESTRE DE 1991

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS - 1º SEMESTRE DE 1991

14/01 a 18/01/91 - 15 hs
Instrutores: Miguel Dirceu Fonseca Tavares e Domênico Mandarinó

- CONTABILIDADE PARA ECONOMISTAS
18/02 a 01/03/91 - 30 hs
Instrutor: José Francisco Filho

- AVALIAÇÃO DE EMPRESAS
04/03 a 08/03/91 - 15 hs
Instrutores: Miguel Dirceu Fonseca Tavares e Domênico Mandarinó

- ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE
11/03 a 21/03/91 - 24 hs
Instrutor: Manoel Pedro Côrtes

- ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS
25/03 a 05/04/91 - 30 hs
Instrutor: José Francisco Filho

- MATEMÁTICA FINANCEIRA I
15/04 a 19/04/91 - 15 hs
Instrutor: José Dutra Vieira Sobrinho

- MATEMÁTICA FINANCEIRA II
06/05 a 10/05/91 - 15 hs
Instrutor: José Dutra Vieira Sobrinho

Horário dos cursos - 18:30 horas às 21:30 horas
Informações no CORECON/RJ pelo tel.: 224-0578 com Graça ou Sheila.

O CORECON VALORIZA O OBJETIVO "DO SEU TRABALHO"

O "Informe CORECON" é lido por mais de 14.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que lhes são oferecidos.

O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" - um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

tablóide: 35,7cm x 29,3cm

Largura das colunas:

1 coluna	5,9cm
2 colunas	12,5cm
3 colunas	19,0cm
4 colunas	25,6cm

Área útil:

1 página:	31 cm x 25,6 cm
2 páginas:	15,5 cm x 25,6 cm

Material para Publicidade:
fotolito ou arte-final

Impressão: Off-set - 2 cores

LIGUE:
(021) 224-0578 ramal B-3/4

TABELA DE PREÇOS (*)

1 página:	1.600
1/2 página	.800
cm/coluna	.16
1/4 página	.400
(*) EM BTN MONETÁRIO	

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço, e entrega de fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.

Cancelamento de reserva:

Por escrito, com 72 horas de antecedência.

OBS: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

SYSOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:

- Revistas
- Boletins
- Informativos Periódicos
- Carnês
- Anuidades
- Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma Empresa conceituada no
mercado pela sua pontualidade e
honradez.

Fale diretamente com Humberto
Machado, pelo telefone - 263-7570
Rua do Propósito, 27 - Saúde - RJ

UMA NOVA ABORDAGEM DA DÍVIDA EXTERNA

Isac Roffé Zagury

1. A redução da dívida externa pode ser obtida por meio de modificações negociadas nos termos e condições pactuadas ou através de mecanismos baseados no mercado. A primeira abordagem contempla medidas como o reescalonamento de prazos de carência e de amortização do principal e a redução dos spreads cobrados sobre as taxas básicas de juros. O segundo enfoque abrange mecanismos como a conversão de dívidas em capital de risco e recompras de dívida no mercado secundário.

2. Entre 1982 e 1987, as quinze nações mais endividadas assinaram 34 acordos de reescalonamento com seus bancos comerciais credores, no valor global de US\$ 300 bilhões. A média dos spreads sobre a dívida reescalona-da foi reduzida a mais da metade no período da crise, enquanto a média dos vencimentos aumentou de quase 7,5 anos, em 1983, para cerca de 14 anos, em 1987.

3. A redução da dívida através dos instrumentos de mercado foi considerável, tendo somente o Brasil, no biênio 1988/89, reduzido em US\$ 12 bilhões o estoque de sua dívida bancária. Entretanto, os principais países devedores têm reduzido as operações de investimentos através da conversão da dívida, em função do seu impacto monetário. Além disso, as conversões podem provocar distorções na economia, por atingirem os investimentos para setores que porventura não reflitam necessariamente uma eficiente alocação de recursos.

4. A redução da dívida pode também ocorrer através da sua securitização, que envolve a substituição de um crédito bancário por um ativo financeiro de maior liquidez. Ao contrário dos créditos bancários, os papéis são remunerados regularmente e excluídos dos acordos de reestruturação e de dinheiro novo.

5. O Brasil assinou três acordos de reescalonamento de sua dívida externa junto à comunidade bancária privada internacional (1983, 1984 e 1986), segundo critérios tradicionais de reprogramação de prazos de pagamento e redução de taxas de risco. Os dois primeiros acordos envolveram recursos novos emprestados compulsoriamente pelos bancos, em função da participação de cada um no montante total da dívida brasileira. Foi também obtido dos credores o compromisso de manutenção das linhas comerciais e dos créditos junto às agências de bancos brasileiros no exterior, aos níveis existentes, no início da crise da dívida. O último acordo de reescalonamento firmado pelo governo brasileiro com os credores privados, em 1988, teve bases plurianuais e introduziu o mecanismo de securitização em um montante reduzido da dívida reestruturada.

6. O México foi o país catalizador na eclosão da crise da dívida do Terceiro Mundo. Recentemente, desempenhou um papel importante na obtenção de um início de solução do problema. Os bancos relutaram em adotar a idéia da redução do estoque da dívida, sob a argumentação de que representaria um simples perdão. A pressão da opinião pública internacional foi fundamental para o reconhecimento do princípio da co-responsabilidade entre credores e devedores na formação da dívida, cujo serviço tem ameaçado seriamente a estabilidade política de muitos devedores da América Latina. Embora longe do ideal, o acordo firmado pelo México foi uma vitória para a estratégia de revisão da atitude em relação aos países altamente endividados lançada pelo Secretário do Tesouro Americano, Nicholas Brady.

7. Os Estados Unidos tiveram um enorme interesse em assegurar que o México, localizado em sua fronteira, fosse o primeiro a ter seus problemas solucionados. Os E.U.A. são o principal parceiro do México, que para lá remete 2/3 de suas exportações. O Free-Trade Agreement, de junho de 1989, eliminou barreiras comerciais e facilitou os fluxos de investimentos entre os dois países.

8. O acordo mexicano foi acertado, preliminarmente, em 23 de julho de 1989, com a missão de assessoramento bancário (15 participantes), representando mais de 500 bancos. O acordo, de natureza voluntária, permitiu aos bancos optar por uma das três formas de cooperação. A primeira era a troca de títulos da dívida atual por títulos novos, com redução de 35% do principal, prazo de 30 anos e taxas de juros variáveis em função da Libor, acrescidos de um spread de 0,87% ao ano. A



segunda opção foi a troca por títulos novos, com valor igual aos atuais e uma taxa de juros de 6,25% ao ano (aproximadamente 35% menor que a de mercado na ocasião). A terceira alternativa era a manutenção do principal e dos juros, com a obrigação de conceder novos recursos, no valor de 25% do exposure atual de cada credor.

9. O acordo sobre a dívida bancária mexicana de médio e longo prazo, no valor de US\$ 48 bilhões, foi assinado em 4 de fevereiro do corrente ano, e suas condições retroagiriam a julho de 1989. Cerca de 41% dos empréstimos serão reescaloados com uma redução de 35% no capital e 47% com uma diminuição equivalente nos juros. Apenas 12% do pacote correspondem a novos empréstimos. Por razões contábeis, era previsível que a grande maioria dos bancos quisesse logo atualizar seus prejuízos. Assim, as duas primeiras opções eram mais favoráveis para os bancos. Aliás, estas alternativas continham as vantagens de instrumentos colaterais. A garantia de pagamento do principal dos títulos novos, bem como do pagamento de juros por um período limitado a 18 meses, foi resultado da aquisição, por parte do governo mexicano, de bônus de cupom zero do Tesouro Norte-Americano, com recursos emprestados pelo Banco Mundial, FMI e governo japonês.

10. Um elemento importante do acordo foi a flexibilidade fornecida ao México de conduzir no futuro operações de redução de dívida, incluindo recompras no mercado secundário. A alternativa de capitalização ou transformação da dívida em investimentos ficou limitada ao programa do governo mexicano de privatização de empresas públicas e projetos de infra-estrutura, no valor global de US\$ 3,5 bilhões. A cláusula mais discutida entre as partes foi a chamada recaptura (provisões de reajuste). Se, após 1996, o preço do petróleo, a principal fonte de exportação do México, estiver acima do valor de US\$ 14 por barril, os bancos terão direito a receitas adicionais àquelas previstas inicialmente.

11. Quatro países - México, Venezuela, Costa Rica e Filipinas - reestruturaram recentemente suas dívidas externas junto à comunidade bancária internacional, no valor global de 72 bilhões de dólares. Embora os instrumentos de redução de dívida adotados em cada caso tivessem sido diferentes em função da natureza e composição das dívidas dos países foram utilizadas as idéias e princípios básicos do plano do Secretário do Tesouro Americano.

12. A proposta do governo brasileiro sobre a dívida externa introduz o conceito de capacidade de pagamento do país, ligado às limitações

fiscais e monetárias. Essa mudança conceitual é importante e histórica. Trata-se de uma proposta de parceria. Representa um convite a que os bancos acreditem no crescimento econômico do país.

13. Nos anos 80, a estratégia conduzida pelos credores com o apoio do FMI exigiu dos países endividados um esforço enorme na obtenção de megasuperávits comerciais, com a finalidade de servir à dívida externa. Embora o Plano Brady tenha representado um grande avanço no que concerne ao tratamento da dívida, ficou ainda longe de constituir-se em uma solução definitiva para o assunto. A restrição fiscal impõe uma limitação ao pagamento do serviço da dívida bem maior que a indicada pela capacidade de geração de saldo comercial. Estabelece o limite a partir do qual o aumento das exportações ou a queda eventual de importações começa a ter consequências inflacionárias internas.

14. Uma redução drástica do serviço da dívida junto aos bancos privados, até o nível compatível com a capacidade de geração de superávit no orçamento primário do governo, implicará concessões, por parte dos credores, bem mais significativas que as conseguidas pelo México, Venezuela e Chile. Nestes três países, parte considerável das receitas de exportação é gerada por empresas públicas, de forma que o saldo comercial se confunde com a receita fiscal. No caso do Brasil, o investimento produtivo estatal está concentrado em infra-estrutura ou em serviços não comercializáveis no exterior, sendo, por outro lado, o grande devedor externo. Esta situação peculiar do Brasil reforça o conceito de pagamento segundo a capacidade fiscal.

15. Os principais elementos da primeira proposta brasileira são os seguintes:

(i) A dívida externa do setor privado será excluída da dívida a ser reestruturada.

(ii) As linhas de crédito de curto prazo - interbancárias e comerciais - passam a ser voluntárias a partir de abril do próximo ano.

(iii) Os juros sobre o pagamento da dívida de médio e longo prazo em atraso serão incorporados ao capital da dívida existente, e o valor global será refinanciado segundo um cardápio de opções que inclui três tipos de títulos. O primeiro título é um bônus de cupom zero de 45 anos, com uma taxa de juros implícita de 9% ao ano. A capacidade anual definida para pagamento será usada para resgatar o bônus através de leilões trimestrais. O segundo instrumento será o bônus de redu-

ção de juros, com prazo de 25 anos e uma taxa de juros crescente até o décimo ano, quando se estabiliza ao nível de 7% por ano. O terceiro título será o bônus de saída com prazo de 15 anos e taxa de juros de 3% ao ano. Todos os instrumentos serão ao portador e não possuem garantia.

16. Além do conceito fundamental da capacidade de pagamento, a proposta brasileira apresenta aspectos diferentes das recentes negociações das dívidas mexicana e venezuelana. A capitalização dos juros atrasados e a ausência de uma garantia colateral aos títulos são pontos extremamente sensíveis nesta rodada de negociações. Na proposta brasileira os títulos possuem somente taxas de juros fixas, enquanto no acordo mexicano a primeira opção de título era regulada por taxas variáveis de juros. A discussão entre as partes conduzirá a uma solução intermediária, e a tendência é que ocorra o pagamento de uma parcela de juros atrasados em torno de US\$ 1,8 bilhões via reservas ou dinheiro novo dos credores, e a securitização do restante, com um prazo entre 5 e 10 anos e taxas de juros próximas às de mercado. Quanto ao principal, o resultado das negociações deverá levar a uma redução do prazo dos títulos de cupom zero para 35 anos. As gestões finais deverão concentrar-se na questão da garantia de pagamento do principal dos títulos novos. O esquema adotado na renegociação mexicana restringiu o risco dos bancos ao pagamento dos juros, além do período de dezoito meses que foi garantido através de instrumentos colaterais. Não obstante, a oferta de uma garantia colateral aos títulos implica uma mobilização adicional de recursos que teriam de ser deduzidos das disponibilidades fiscais.

17. A apresentação da proposta brasileira coincide com o auge das dificuldades vividas pelos bancos americanos. A fragilidade do sistema financeiro internacional data de meados dos anos 80. A canalização de poupanças externas para o mundo em desenvolvimento tem sido insuficiente e vem, não raro, acompanhada de uma série de condicionantes.

18. As agências oficiais que regulam as operações bancárias nos Estados Unidos têm obrigado os bancos a aumentar suas reservas compulsórias. O fundo federal de seguro está praticamente esgotado. A crise bancária poderá ampliar-se, com eventual recessão na economia americana.

19. A crise atual dos bancos americanos resulta da combinação de uma série de fatores, dentre os quais se destaca o colapso do mercado imobiliário, cuja modalidade de empréstimo constitui o mais importante ativo dos bancos, superando em mais de 10 vezes o total de créditos a países do Terceiro Mundo. Os sete grandes bancos americanos representam pelo menos 80% da participação daquele país no endividamento externo brasileiro junto à comunidade bancária internacional. Assim, a pressão dos acionistas dos maiores bancos é intensa, no sentido de evitar novas possibilidades de perdas no gerenciamento dos ativos. A queda brusca das ações dos bancos norte-americanos verificada nos últimos meses sinaliza uma expectativa negativa dos investidores quanto à liquidez dos ativos dos bancos.

20. Por outro lado, o Japão dificilmente retomará a médio prazo o seu papel de financiador do investimento mundial. A crise da construção civil reduziu drasticamente a principal fonte de lucros do sistema bancário japonês. A relação preço/lucro média das ações no Japão mostra-se cinco vezes superior à dos demais países industrializados. Os preços das ações japonesas caíram mais de 40% nos últimos meses. A unificação da Alemanha exigirá gastos fiscais consideráveis para a reconstrução e modernização do lado oriental. Desta forma, os países exportadores de capitais dificilmente terão condições de repetir o fluxo de financiamento dos investimentos no exterior das décadas passadas.

21. O cenário está armado para uma fase difícil de renegociação da dívida externa brasileira. Os fatos acima expostos mostram que os interesses das nações credoras são conflitantes com o conteúdo inovador e revolucionário da proposta brasileira. A viabilidade e o sucesso da proposta dependerão basicamente do apoio que a sociedade venha a prestar ao governo nesta tentativa de modificar o tratamento conferido à questão da dívida.

A ASCENSÃO DO GOVERNO COLLOR E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS PRÓXIMOS

Entrevistado no último dia 05 de dezembro, José Luís Fiori, professor da UFRJ e Cientista político, construiu de maneira brilhante e irretocável um verdadeiro painel sobre a política brasileira e internacional. Dada a impossibilidade de transcrever a entrevista na íntegra, neste número do INFORME, o CORECON vê-se na contingência de desdobrá-la em dois segmentos, para que não se perca essa contribuição extremamente relevante do Dr.º Fiori no entendimento do momento político que vivemos, centralizado no período que vai de março de 1990 até os seus possíveis desdobramentos até março de 1991.

É fundamental destacar que o painel desenhado pelo Dr.º Fiori, com extrema clareza não apresenta qualquer dose de sectarismo ou maniqueísmo no trato da política, o que se afigura no mínimo raro, quando alguém se propõe a discutir questões tão propensas a esse tipo de trabalho simplificador.

Ao final da entrevista, a ser editado no próximo número o Prof.º Fiori faz uma emocionante conclamação aos intelectuais no sentido de procurarem entender, custe o que custar, o que se passa no Brasil, especialmente com o povo brasileiro, exortando-os a cumprir o seu papel para o desenvolvimento de nossa população, não com as características de um discurso sobre "o que deve ser feito", mas com algo muito mais sólido, ao mesmo tempo humano, cujo paradigma seria a "poética" de MaiaKowsky, em que se ressalta a necessidade imperiosa de pensar e agir, sem dogmatismos.

Corecon - Como você explicaria, na qualidade de cientista político, a eleição do Presidente Fernando Collor?

Fiori - É difícil entender a chegada do Collor à Presidência da República sem recuar um pouco ou talvez muito no tempo. Mas se a gente, pelo menos, tomasse em conta certos aspectos terminais de um processo prolongado - um processo de desenvolvimento, industrialização, crescimento econômico e dificuldades sociais que esse país viveu desde que optou por uma condução autoritária na década de 60, dessa estratégia desenvolvimentista - evidentemente, esse longo percurso deságua por várias causas internas e externas superenalçadas e predominantemente econômicas na crise dos anos 80; uma crise de estrangulamento interno e externo da capacidade de seguir crescendo segundo o mesmo modelo de articulação e financiamento anterior e da capacidade de seguir sustentando esse crescimento através de um regime político autoritário. A década de 80, que política e economicamente alguns consideram perdida e outros não, do ponto de vista da percepção da opinião pública e da cidadania, ela efetivamente foi uma década lamentável, uma década triste e repleta de problemas, onde as pessoas, desde o seu plano de vida individual até a sua convivência coletiva, seguiram permanentemente durante dez anos chacoalháveis por sucessivas modificações nas regras contratuais econômicas, por sucessivas aparições de propostas, pequenas utopias e sonhos que foram destruídos ou enterrados rapidamente. Eu acho que a década de 80, desde uma outra ótica que não é nem de economista, nem só de "político" ela agitou em excesso as emoções, a sensibilidade do povo brasileiro e ela cansou brutalmente a população desta década. Cansou de várias coisas. Eu acho que uma das coisas que lamentavelmente essa população se cansou de forma muito rápida foi do próprio processo de transição democrática iniciada em 84/85. Hoje, a gente tem plena consciência, a história já passou, que esses cinco anos de reconstituição das instituições democráticas foi atropelado, a todo momento, não apenas pela má sorte do falecimento do Presidente Tancredo Neves e ascensão de uma figura totalmente inesperada, mas pela má sorte de ter sido uma transição democrática atropelada por uma brutal crise econômica que foi diagnosticada, na primeira hora da transição, como uma crise conjuntural perfeitamente contornada. Creio que essa era um pouco a visão de Tancredo Neves, em 1984, e que pouco a pouco foi mostrando todas as suas faces, foi mostrando a sua cara inteira de uma crise não puramente conjuntural, mas no meu entender, uma crise profunda do próprio padrão de desenvolvimento e de organização política da sociedade brasileira que vigiu durante trinta, quarenta ou se nós tomarmos de trinta para cá, cinquenta ou sessenta anos na nossa história. É o que já em várias ocasiões reinteive reinterado e chamado em alguns textos de uma profunda e radical crise do estado desenvolvimentista em todas as suas dimensões. A face visível nesta crise do estado desenvolvimentista foi a crise financeira, pelo lado econômico, o estrangulamento financeiro do Estado e o corte dos nossos financiamentos externos e outra

cara visível foi o esgotamento da coalizão governante que governou durante os vinte anos de governo autoritário. Nesse processo de transição política, simultâneo, que é um processo de agonia de um padrão de desenvolvimento houve uma relação perversa entre os dois, coisa que olhando nos dias de hoje não era necessário que tivesse sido. A nossa transição aqui de 1985 a 1990, o período conhecido como Nova República ou Governo Sarney, é um exemplo do cinético oposto do que foi na Espanha. O que aqui no Brasil se chamou de o desmontar do entulho autoritário, o desfazer do entulho foi lento e foi pautado por sucessivas concessões de parte a parte. Você não desfez o entulho todo, fez uma constituição e depois sentou para ver o que fazia. Desde a primeira hora, o entulho ia sendo desfeito e cada passo do ponto de vista da liberalização, da democratização, da institucionalização era uma conquista negociada com as forças conservadoras que conduziram até 1982 o processo da transição democrática. O entulho foi chutado pela janela com enorme velocidade e o processo constituinte andou à margem do processo de negociação em torno da política econômica que praticamente não existiram. A Nova República do Sarney conduziu o processo de transição de uma forma inábil e incompetente do ponto de vista da percepção da gravidade da crise econômica nacional, conjugada com o cerco internacional e o desmanchar de instituições que tinham cinquenta ou sessenta anos neste país e tudo isso foi administrado de uma maneira extremamente incompetente politicamente. Então, nós chegamos à 1990, para terminar essa ante-sala da chegada do Collor à Presidência, com uma economia em frangalhos e às portas da hiperinflação, um Governo Sarney pouco menos que abandonado até pela imprensa. No final, nem mesmo se falava de Sarney numa espécie de concessão, inclusive, ao Presidente. Então, você chegou ao final de 1990 havendo atropelado as eleições diretas de 84, em troca de um processo negociável de transição que as elites afirmavam que seria mais eficaz. E afinal, não se teve as eleições diretas em 1984/1985 e se teve um processo de transição não consensual, extremamente conflitivo, não pactável e onde as questões fundamentais políticas e econômicas foram tratadas de forma descontínua e separada. Não é de se estranhar que em 1990 a opinião pública, por cima de instituições, partidos, igrejas e lideranças, tivesse, fundamentalmente, no fundo da sua alma um brutal cansaço com essa década e, portanto, extremamente aberta, propensa e receptiva a discursos que fossem contrários e críticos. E a população movendo-se pela primeira vez num espaço nacional de 80 milhões de eleitores - uma coisa que esse país nunca teve, porque nós tivemos eleições regionais e locais - essa massa de 80 milhões de brasileiros saltou com muita facilidade desse cansaço, dessa insatisfação profunda por uma expectativa, mais uma vez ainda, e eu acho que só muitos anos e décadas de democracia começam a destruir essas expectativas mágicas do exercício do voto ou expectativas mágicas depositadas em personalidades de tipo messiânica, carismática, enfim, aquela que em geral se relaciona de forma direta e inorgânica com a massa, que é um pouco o fenômeno do Collor. Esse era o quadro então na entrada de 90, e eu acho que por aí um



pouco há de entender a ascensão vertiginosa de Collor, que vinha de Alagoas, não é verdade? Mas ele já tinha tido presença em Brasília, no Rio, e tinha tido uma presença nacional já há algum tempo nos debates internos do PMDB, no processo de implosão do PMDB, Collor sempre se alinhava com as posições chamemo-las mais progressistas. De cerca de vinte governadores, naquela altura, do PMDB, é bom lembrar houve um apenas que se opôs aos cinco anos de mandato, que eu lembro, eu não tenho certeza se o Waldir Pires também, então ou foram dois ou foi ele só que opôs ao mandato de cinco anos para presidente. Então, ele já vinha marcando presença e vocês se lembram de uma luta dele contra os marajás, no Alagoas, coisa que normalmente na extensão desse país ninguém estaria se importando, mas naquele clima do final de Nova República, daquela degenerescência marcada por aquela figura exponencial do senhor Roberto Cardoso Alves, para dar um exemplo emblemático do que foi o final trágico da Nova República do Governo do senhor Sarney, evidentemente, que aquele Governador lá no pequeno Alagoas, combatendo os marajás, foi trazido pela imprensa para o primeiro plano nacional porque ele era o que a massa estava querendo, o que o povo estava sentindo, então ele desde ali arrancou com um discurso profundamente ético, com um discurso e básica e originariamente contrário a tudo que a Nova República havia trazido de errado. E pouco a pouco, foi agregando este discurso numa gradação progressiva desta proposta de modernização do Estado, da economia em que em linguagem "pão pão, queijo queijo" se chama da última década e meia de projeto de modernização neoliberal. Então, pouco a pouco, ele foi se encaixando não apenas no que é um consenso hegemônico no mundo ocidental, na segunda metade da década de 70 para frente, como também galvanizou sem nenhuma articulação, sem necessidade de base orgânica o que era também neste país, aparentemente, o consenso liberal conservador das nossas elites, também partidário deste mesmo projeto. Eu diria que nesse primeiro ano de governo, o Presidente levou à frente com uma extraordinária ousadia, ainda que talvez com pouca coordenação estratégica, as idéias que aparentemente ao final do ano passado, gozavam de amplo consenso nas elites políticas, nas academias e sobretudo nos meios de comuni-

cação que todos nós sabemos cumprem neste país uns 70% do papel que cumpriam os clássicos partidos europeus, em termos de formação de opinião pública, não é? E o Collor, de alguma forma, reuniu uma espécie, ele conseguiu galvanizar, eu acho que o próprio fato de ele ser um outsider fortaleceu ele muito mais neste discurso do que, por exemplo, este mesmo discurso feito pelo senhor Ulisses Guimarães, que pode ser perfeitamente honesto, mas perfeitamente ininteligível para o povo brasileiro depois de ele ter sido sócio durante cinco anos do Governo Sarney. Então, o Collor teve uma enorme capacidade de galvanizar esse sentimento da grande massa da população de insatisfação, de contra e de intolerância com a degenerescência ética do ponto de vista da grande massa, mas galvanizar sem precisar se comprometer e se articular e sim simplesmente pela reinteração do discurso que era feito pela maioria da elite de retórica, que é depois exatamente o que esse ano está demonstrando que esse imenso consenso liberal conservador como já em tantas vezes, e outros momentos na história deste país foi mais retórico do que prático. E assim chegou o jovem governador Collor, de Alagoas, a conseguir esse fenômeno de disparar. Vocês vejam que isso não é nenhuma peculiaridade nossa, já foi demonstrado que não é, mas pouco depois do Collor, ganhou o Fujimori, no Peru, e como vocês estão vendo no momento, ele é um japonês que veio ganhar no Peru e aparentemente há um peruano que está quase ganhando a eleição na Polônia, ele é polonês imigrado e está voltando do Peru e Canadá, quer dizer, essa apetência de figuras mágicas, de soluções mágicas, parece que se disseminam nas manchas mais dramáticas do mundo nesse momento em termos de crise. Nesse sentido, estamos próximos da Polônia, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia, da Hungria e estamos distantes em duas dinâmicas diferentes, mas do ponto de vista de sermos elos frágeis dessa crise internacional econômica e de estarmos, portanto, suscitando nos nossos povos expectativas de soluções rápidas e eficientes parecem que vão tendo repercussões desse tipo em todo lugar. Então, o Presidente Collor como um outsider alagoano que chega à Presidência da República não chega a nos dar nem mesmo o orgulho de sermos originais neste sentido.

CONCLUI NA PRÓXIMA EDIÇÃO

É PROIBIDO PROIBIR

Antônio Luiz Figueira Barbosa

A Propriedade Industrial é o instrumento através do qual a sociedade regula a forma de apropriação dos meios intangíveis de produção e comercialização, destinados, respectivamente, a maximizar a riqueza gerada e a reduzir sua desvalorização no processo de circulação econômica. A definição é necessária, considerando que o objeto parece estar esquecido pelos economistas. De fato, desde que a Economia marginalizou a distribuição da riqueza e voltou sua atenção para a formação de preços, a apropriação social ficou relegada à sua forma, i.é., à sua expressão jurídica. Passemos aos fatos.

As crises econômicas internacionais, inclusive esta que ora vivemos, transformam as relações entre países, grupos econômicos e sociais, etc. dadas as alterações estruturais que provocam na economia. Desta maneira, as especificidades das "regras do jogo" necessitam também ser alteradas, e, quanto mais profunda a crise, maiores serão as mudanças a nível internacional e nacional. Neste contexto, a Propriedade Industrial tem que sofrer adaptações.

Há cerca de cem anos, em meio a outra crise, a Propriedade Industrial foi internacionalizada, i.é., as leis nacionais sobre patentes e marcas passaram a ter como ponto de referência um tratado intergovernamental firmado em 1883, vulgarmente denominado de Convenção de Paris. Este mais antigo tratado internacional econômico vigente estabelecia alguns princípios gerais, deixando aos países desenvolvê-los em suas leis nacionais. Hoje, o surgimento de bloco de países buscando unidades econômicas, sendo a Comunidade Européia o exemplo, requer que aquela internacionalização seja **homogeneizada**. Para tal fim, há em fase de negociação dois tratados no âmbito do Acordo Geral Sobre Comércio e Tarifas (GATT) e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Enquanto a internacionalização integra os países em um "sistema" flexível, no qual são poucas as regras mandatárias, ficando a maioria à decisão nacional, na homogeneização o "sistema" é enrijecido pela dominância da obrigatoriedade: os desiguais passam a ter o mesmo tratamento. Se para os países em desenvolvimento há uma tendência negativa, torna-se imprescindível analisar criticamente o novo panorama, tendo em consideração que não há nada de inexorável no futuro.

As repercussões da homogeneização já existem em nosso país, pelo menos em dois eventos em curso: a elaboração de um Código da Propriedade Industrial, tendo como destaque a perspectiva de adoção de proteção para as invenções do ramo químico-farmacêutico e alimentar, e, um projeto de desburocratização e simplificação de procedimentos, com conotações liberais, na contratação de tecnologia externa.

Estas transformações fazem-se em meio a uma séria crise econômica e patrocinadas pelo chamado plano

Brasil Novo, cujas características parecem ser neoliberais. As duas constatações são de extrema relevância para a análise, todavia há uma outra também importante que independe da conjuntura atual: o pouco debate e compreensão nacional a respeito de Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia. Assim, são poucos os técnicos destes temas com uma compreensão do geral econômico, bem como são também raros os técnicos de outras áreas com o entendimento do particular. Resultado: o processo de transformação tende a conter incompreensões, prescindir de uma articulação do específico com o geral, etc, sem deixar de mencionar o interesse de grupos em manter o cartel ou o cartório ou, por outra parte, pretender reviver as leis de mercado com base em que "é proibido proibir".

Tomemos o caso das patentes farmacêuticas, sem a proteção no país desde 1969, tanto para as invenções de processo quanto para as de produto. Inicialmente, deve ser compreendido que em todos os países há "restrições" no ramo farmacêutico, seja em patentes ou em outras áreas — preços, p. ex. Em Propriedades Industriais a exclusão de proteção total (processo e produto), parcial (só produto, p. ex.) ou maior rigor para a concessão da patente, foram ou ainda são medidas adotadas em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. No momento, a exclusão de proteção total em patente de processo é medida adotada pelo Brasil, Malawi e Turquia, havendo mais seis países com certas restrições; mas, em patente de produto, um total de quarenta e nove países adotam a exclusão ou outras formas de reduzir o poder econômico conferido pela proteção. Portanto, pelo menos para as patentes de produto, a homogeneização deverá ter um impacto muito menor sobre as leis nacionais do que para processo.

No Brasil mudanças são esperadas no campo das patentes farmacêuticas, embora ainda sem uma clara definição de extensão e alcance. Para raciocinarmos sobre o tema, vamos supor a proteção para produtos e processos, sem outras restrições em patentes. Ora, esta proteção é um direito exclusivo e, logicamente, um monopólio que tem, como qualquer monopólio, seus custos sociais. Além disto, este direito poderá incluir — por hipótese extremamente liberal — o direito de importar, i.é., somente o titular da patente poderá ingressar com o produto ou sua substância ativa no país. Portanto, é possível também supor que ocorrerá um aumento dos preços finais, sem qualquer possibilidade de recorrer às importações para reduzir o poder econômico do cartel. O leitor poderá efetuar outras hipóteses, como por exemplo, o ramo farmacêutico que atualmente importa cerca de 15% das importações industriais, indicando o menor índice de agregação industrial, aumentar o valor das importações reduzindo a importação de insumos e elevando em produtos fi-

nais. Aqui, cumpre recordar que, se em geral o processo de substituição de importações está esgotado, no ramo farmacêutico tal processo não parece ser conhecido, deixando de ser aplicável conceitos e medidas relacionados com a abertura da economia ou, para usar o jargão, com a integração competitiva.

Desta maneira, parece importante que, previamente a qualquer decisão para "liberalizar" patentes farmacêuticas, haja uma reflexão sobre os motivos pelos quais a exclusão de proteção não foi suficiente para que aumentasse a produção local de fármacos. Então, e só então, deveria se pensar em fazer a política para a Propriedade Industrial e para as outras áreas econômicas interrelacionadas. Em outras palavras, as medidas não podem ser de permissibilidade "per se", mas devem ser de determinar aquilo que é necessário permitir.

Vejam, então, a transferência de tecnologia. No caso, parece haver a busca de desburocratizar precedendo possíveis liberalizações. Ou seja, o principal é acabar com o cartório, o que pressupõe pôr fim à "liberalização condicionada". Palmas!

Em verdade, o processo de aprovação dos contratos de transferência de tecnologia foi desvirtuado. Na última década o discurso enveredou para o desenvolvimento tecnológico através da pesquisa tecnológica, que objetivamente não é atribuição do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), pois a regulação da transferência de tecnologia é destinada a outras funções. De fato, a aprovação dos contratos tem três finalidades: possibilitar ao Banco Central autorizar a remessa de divisas (regulação cambial), eliminar as cláusulas restritivas (regulação do poder econômico) e permitir a dedutibilidade fiscal (regulação fiscal).

A regulação cambial é necessária em um país com crônicos problemas cambiais, servindo para evitar a remessa disfarçada de lucros, para impossibilitar o pagamento por tecnologia cujo valor seja considerado acima da capacidade de endividamento nacional, ou induzir o uso de serviços técnicos disponíveis no país. A economia de divisas, graças a esta ação regulatória, contribui para o desenvolvimento econômico, do qual o tecnológico é uma parcela.

A regulação das práticas comerciais restritivas permite o livre funcionamento da economia, inclusive possibilitando a livre exportação. Nos países desenvolvidos, há organismos especializados, bem como a legislação fiscal também é utilizada para esta regulação; nos países em desenvolvimento, o aparelho governamental inexistente ou é bastante incipiente.

A regulação fiscal atua desincentivando despesas excessivas na contratação tecnológica, bem como incentiva a pesquisa local, sendo o instrumento capaz de atender às finalidades das regulações anteriormente mencionadas. O desincentivo é pela limitação da dedutibilidade fiscal das despesas, seja por meio do

valor (máx. 5% das vendas) ou seja temporalmente (5 anos). O sistema fiscal, sendo ainda incipiente, requer o auxílio de outros órgãos governamentais, no caso o INPI.

Ora, as funções do INPI para regular a transferência de tecnologia são necessárias ao bom funcionamento da economia, e, por consequência, o desenvolvimento tecnológico torna-se viável, dadas as pré-condições geradas pelas regulações. A criação, p. ex., de grupos de trabalho para avaliar e selecionar a tecnologia contratada por uma empresa, ainda que com a participação empresarial, é somente um óbice ao funcionamento do parque produtivo — uma burocratização desnecessária (o GT para Serviços de Engenharia não se enquadra no exemplo). Outra forma de desvirtuar foi atribuir ao INPI, na política industrial do governo passado, a função de analisar projetos de desenvolvimento tecnológico que, se contivessem contratos de transferência de tecnologia, deveriam ser aprovados sem qualquer avaliação... desde que houvesse parecer firmado por advogado inscrito na OAB atestando a consonância com a legislação em vigor! Afinal, a definição de cartório?

É um imperativo a desburocratização do INPI, conjugada com a retomada de suas reais funções e atribuições, especialmente quando a recém-lançada política industrial do Brasil Novo gravita em torno do desenvolvimento tecnológico. Mas aqui é preciso estar atento. As medidas anunciadas desta política industrial retomaram os mesmos incentivos fiscais para tecnologia do governo anterior e ao fazê-lo reiteraram alguns equívocos. Por exemplo, a dedutibilidade fiscal para despesas de contratação tecnológica foi aumentada de 5% para 10% das vendas no caso da chamada tecnologia de ponta. Portanto, em primeiro lugar, não há qualquer definição do que seja tal tecnologia, ficando a definição no caso-a-caso do mais puro estilo cartorial, e, em segundo lugar, o aumento da dedutibilidade pressupõe maiores facilidades ao ingresso de tecnologias sofisticadas, o que não encontra apoio teórico ou prático. O Japão, até hoje, limita em 5% das vendas... Outro exemplo é o crédito do imposto de renda para alguns casos de remessa de divisas de empresa sediada no país, o que implica no absurdo de admitir o pagamento do imposto por aquele que faz a despesa e não por quem tem a renda!

Toda a análise anterior aborda questões de base, ou de pré-condições, para levar a termo uma política tecnológica e industrial, independente do (s) paradigma (s) vigente (s), ou se esta política é pós-industrial, neoliberal, etc., ou se há recursos financeiros disponíveis e se existe propensão a investir em tecnologia. De fato, os aspectos abordados são premissas para o desenvolvimento de modelos, os quais delimitam as trilhas possíveis de percorrer, ou são princípios fundamentais para qualquer política. Esperemos que, sob tais aspectos, a atualidade do tema haja interessado aos leitores.